
TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO Nº /2022-DMAE

1 - OBJETO

Contratação de empresa para prestação de serviço de desenvolvimento do Projeto de Trabalho Social (PTS) da Obra de Ampliação do Sistema de Abastecimento Integrado do Agreste com o fornecimento de todo material necessário.

2 - JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

O Trabalho Social integrado à Obra de Ampliação do Sistema de Abastecimento Integrado do Agreste nos municípios de Areia Branca e Itabaiana contribuirá através de ações informativas e educativas para a sensibilização dos futuros usuários do sistema, visando a sustentabilidade dos serviços que serão oferecidos, o fomento ao exercício da cidadania, do controle social e consequente promoção da qualidade de vida da população. A Lei 11.445/2007 que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico expressamente, prevê o controle social ligando-o às ações de saneamento. Tendo a educação ambiental como elemento facilitador desse processo. Neste sentido, o Trabalho Social será fundamentado nos pressupostos da Educação Ambiental, visando a participação social aliada à sustentabilidade dos empreendimentos executados. Uma vez que os equipamentos e serviços implantados objetivam atender as necessidades da população.

3 - FONTE DE RECURSOS

20 - Termo de Compromisso 428.546-46/2014.

4 - REGIME DE CONTRATAÇÃO

Preço global.

5 - CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor preço global.

6 - PRAZOS

6.1 - O prazo para execução total dos serviços será de 180 (cento e oitenta) dias a partir da data de expedição da Ordem de Serviço pela DESO, incluídos os prazos de avaliação e aprovação pela DESO.

6.2 - Qualquer atraso no cumprimento do prazo estabelecido no presente edital, somente será justificado, e não será considerado como inadimplemento contratual, se provocado por atos ou fatos imprevisíveis não imputáveis à contratada e devidamente aceitos pela Companhia de Saneamento de Sergipe DESO.

7 - LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão executados nos locais de abrangência da obra e definidos pelo Projeto de Trabalho Social (PTS) conforme Anexo I.

8 - CRITÉRIO ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

Os preços unitários e global somente serão aceitos quando não superiores aos estimados no preço de referência da DESO;

No caso em que forem apresentadas propostas com valor global dentro dos parâmetros especificados, mas que os valores unitários não atendam ao critério estipulado no item acima, deverá a Administração promover junto à proponente a solicitação de revisão destes itens, de forma que todos estejam dentro dos preços máximos estabelecidos;

Em hipótese alguma será aceito aumento dos valores inicialmente propostos;

Não havendo por parte do arrematante concordância com a revisão dos preços propostos dentro do prazo estabelecido pelo pregoeiro, o mesmo terá sua proposta desclassificada;

A licitante deverá descrever o produto ofertado e indicar a marca e o modelo, conforme o caso, sob pena de desclassificação.

9 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;

Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada consoante previsão na legislação;

Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

Cientificar a Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.

10 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Executar os serviços conforme o que está definido Projeto de Trabalho Social (PTS) no Anexo I e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os

materiais necessários, na qualidade e quantidades especificadas neste instrumento e em sua proposta;

Corrigir no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios ou incorreções resultantes da execução;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que realizarão a execução do serviço;

Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste documento;

Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante;

Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no pregão;

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este documento, no prazo determinado.

Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos;

Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações;

Serão de exclusiva responsabilidade da contratada, eventuais erros/equívocos no dimensionamento da proposta;

Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, a contratada deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração dos estudos preliminares, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

11 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

As empresas deverão apresentar atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado informando que a licitante já executou objeto compatível e pertinente com características do objeto do pregão.

As empresas devem garantir a disponibilidade suficiente e necessária dos profissionais envolvidos com a implementação das ações do Trabalho Social visando garantir a qualidade dos serviços prestados.

a) A equipe técnica será composta de:

a.1) 01 (um) profissional que será o responsável técnico pela execução do Trabalho Social, na função de coordenador, com graduação em nível superior, preferencialmente em Serviço Social ou Sociologia, com experiência de prática profissional em ações socioeducativas em intervenções de saneamento e/ou habitação, sendo admitida a experiência de estágio nas áreas de saneamento e/ou

habitação, no desenvolvimento de trabalho social, que tenha duração mínima de 01 (um) ano;

a.2) 01 (um) profissional com graduação em nível superior, preferencialmente em Serviço Social com experiência comprovada em Trabalho Social, conforme a Portaria nº 464 de 25 de julho de 2018, do Ministério das Cidades, sendo admitida a experiência de estágio nas áreas de saneamento e/ou habitação, no desenvolvimento de trabalho social, que tenha duração mínima de 01 (um) ano;

a.3) 01 (um) profissional com graduação em nível superior, preferencialmente em Serviço Social com experiência comprovada na construção de material teórico-metodológico e/ou execução de cursos, oficinas e projetos em Educação Ambiental Crítica;

a.4) 01 (um) profissional com graduação em nível superior, com experiência comprovada na construção de material teórico-metodológico e/ou na execução de cursos, oficinas e projetos utilizando a metodologia e técnicas do Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador (DRPE);

a.5) 01 (um) profissional com nível superior em preferencialmente em Estatística com experiência comprovada em elaboração e aplicação de pesquisa quantitativa, utilizando instrumentos de coleta e análise de processamento de dados, indicadores socioeconômicos, pesquisa social e processos de amostragem;

a.6) 02 (dois) profissionais com nível médio completo com experiência em desenvolvimento comunitário, em mobilização e aplicação de questionários além de conhecimento em informática (pacote office).

12 - DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

13 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA

Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa,

vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

O Balanço Patrimonial deverá vir acompanhado da Certidão de Regularidade Profissional no Conselho Federal de Contabilidade.

O Balanço Patrimonial e as demonstrações contábeis deverão ser apresentados da seguinte forma:

Para as sociedades anônimas, mediante cópia autenticada da publicação em Diário Oficial;

No caso de ME/EPP, desde que optante pelo Simples, será exigida contabilidade simplificada;

No caso de licitantes com apuração no lucro real, será exigido comprovante de entrega do SPED CONTÁBIL;

Para as demais empresas, cópias legíveis e autenticadas das páginas do Livro Diário, onde foram transcritos o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do último exercício social, com os respectivos termos de abertura e encerramento registrados na Junta Comercial ou no Cartório de Títulos e Documentos;

Para as empresas constituídas há menos de um ano, será exigido apenas o Balanço de Abertura e demonstrações contábeis na forma da lei;

No caso de Microempreendedor Individual/Empresa de Pequeno Porte (MEI/EPP), desde que optante pelo simples, será exigido contabilidade simplificada;

No caso de licitantes com apuração no lucro real, será exigido comprovante de entrega do SPED CONTÁBIL.

A capacidade econômico-financeira será verificada através de:

Liquidez Corrente: > 1,00

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Liquidez Geral: > 1,00

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

Solvência Geral: > 1,00

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

O Patrimônio líquido mínimo exigido será: R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

14 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após aprovação do Relatório de Acompanhamento do Trabalho Social (RATS) pelos Técnicos da Gerência Socioambiental (GESA), Coordenação de Projetos Sociais (CPSO) da DESO e da Mandatária da União/Agente Operador/Agente Financeiro acompanhado do Boletim de Medição, Nota Fiscal, acompanhadas de toda a documentação exigida para seu pagamento, conforme cláusula contratual.

Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

Caso se faça necessária a apresentação ou reapresentação de qualquer Nota Fiscal/Fatura ou documentação por culpa da contratada, o prazo de até 30 (trinta) dias reiniciar-se-á a contar da data da respectiva apresentação ou reapresentação.

Os pagamentos atenderão às normas vigentes e serão efetuados mensalmente em conformidade com os seguintes critérios:

I - O pagamento das atividades executadas deve estar em conformidade com a realização das ações previstas no cronograma e descrição das atividades constate no Anexo I. Todos os itens deverão conter memória de cálculo da atividade. O item TRANSPORTE será pago mediante a comprovação de gastos, tais como: recibos; notas fiscais; cupons fiscais e caso o veículo seja próprio cópia da documentação, considerando a cota mensal para o mesmo. Tanto o transporte quanto todos os gastos com a execução do PTS que compuserem o RATS devem estar devidamente comprovados por meio de notas, cupons fiscais e/ou recibos de locação.

II - Entrega pela contratada de Relatório Mensal das Atividades (RATS), Agenda de Atividades Mensais e respectiva documentação deverão ser disponibilizados para a DESO em até o dia 20 (vinte) de cada mês.

III - A realização das ações deve estar em conformidade com o cronograma de execução de atividades e cronograma de desembolso anexo.

IV - A Medição dos serviços para pagamento deve estar em conformidade com as ações realizadas e devidamente comprovadas nos Relatórios Mensais.

15 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A contratada, pelo inadimplemento de suas obrigações, garantida a prévia defesa no prazo de 10 (dez) dias úteis, ficará sujeita às seguintes sanções previstas no RILC e na Lei 13.303/2016:

- Advertência;
 - Multa moratória;
 - Multa compensatória;
 - Suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contatar com a DESO, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- Tais sanções poderão ser aplicadas de forma cumulativa.

Ficará impedido de licitar e de contratar com a Administração Pública Estadual, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio de defesa, o fornecedor que:

- Ensejar o retardamento da execução do objeto deste pregão;
- Não mantiver proposta, injustificadamente;
- Comportar-se de modo inidôneo;
- Fizer declaração falsa;
- Cometer fraude fiscal;
- Falhar ou fraudar no fornecimento do objeto.

São consideradas condutas reprováveis e passíveis de sanções, dentre outras, as previstas no art. 186 do RILC.

As multas estabelecidas serão entendidas como independentes e cumulativas e serão compensadas pela DESO com as importâncias em dinheiro, relativas às prestações a que corresponderem, ou da garantia do contrato, quando for o caso, cobradas judicialmente.

A aplicação de sanção de advertência se efetiva com o registro da mesma junto ao cadastro de fornecedores e no sistema de gerenciamento de contatos da DESO, independentemente de tratar-se de pessoa cadastrada ou não.

A multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

- Em decorrência da interposição de recursos meramente procrastinatórios, poderá ser aplicada multa correspondente a 5% do valor máximo estabelecido para o pregão em questão;
- Em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do artigo 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006, poderá ser aplicada multa correspondente 5 % do valor máximo estabelecido para o pregão em questão;
- Pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido por este edital, poderá ser aplicada multa correspondente a 5% do valor máximo estabelecido para o pregão em questão;

- No caso de atraso na entrega da garantia contratual, quando exigida, o instrumento convocatório deverá prever, mediante competente justificativa, a incidência de multa correspondente a 5 % do valor total do contrato;
- No caso de inexecução parcial, incidirá multa na razão de 10 % sobre o valor da parcela não executada;
- No caso de inexecução total, incidirá multa na razão de 20% sobre o saldo remanescente do contrato;
- Nos demais casos de atraso, incidirá multa na razão de 5% sobre o valor da parcela em atraso.

Caso não haja o recolhimento da multa no prazo estipulado, a DESO descontará a referida importância de eventuais créditos a vencer da empresa contratada. Na ausência de créditos disponíveis para quitação da importância da multa, a DESO executará a garantia quando exigida, e quando for o caso, será cobrada judicialmente.

A DESO poderá quando do não pagamento da multa pela Contratada, aplicar a sanção de suspensão do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a DESO, por até 02 (dois) anos.

Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado danos à DESO, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros, aplicando a disposição do art. 189 e 190 do RILC em face da legislação fiscal, previdenciária, social ou trabalhista.

16 - ELEMENTOS DA PROPOSTA

O licitante deverá estar ciente e levar em consideração, além das especificações e condições estabelecidas no Edital, o atendimento dos seguintes requisitos:

- Nos preços propostos deverão estar inclusos todos os custos necessários para o atendimento do objeto do pregão, bem como todos os materiais, equipamentos, impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, deslocamentos de pessoal, treinamento, garantia, montagem e instalação e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado constante da proposta;

-Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional e neles deverão estar inclusas todas e quaisquer despesas, tais como: IPI e demais impostos, encargos sociais, seguros, taxas, tributos diretos e indiretos incidentes sobre o fornecimento dos materiais;

- A proposta entregue será considerada com prazo de validade de 90 (noventa) dias, contados da data da sessão pública de abertura deste pregão;

Serão desclassificadas as propostas:

- a) Que não atendam às exigências do ato convocatório ou que apresentem dispositivos contrários à lei e à regulamentação vigente;
- b) Que contiverem preços ou vantagens de qualquer natureza ou descontos não previstos neste Pregão, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido;
- c) Que forem omissas, vagas, apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, bem como as que apresentarem preços ou vantagens baseadas nas ofertas de outros licitantes;
- d) Que forem superiores ao valor orçado pela DESO.

A proposta deverá limitar-se ao objeto deste pregão, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista.

Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação das propostas implica submissão a todas as condições estipuladas no Edital e seu anexo, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada no preâmbulo do Edital.

A Proposta de Preço será considerada completa e abrangerá todos os custos necessários ao objeto.

Empresas que participarem deste processo, que praticarem, injustificadamente, ato ilegal tipificado no art. 7º da Lei 10.520/2002, a Administração instaurará processo administrativo para apurar as condutas das empresas (TCU - Acórdão nº 754/2015 -

Plenário) concomitantemente com as Sanções Administrativas previstas no item 13.0 deste Termo de referência.

17 - GARANTIA CONTRATUAL

A empresa contratada, para garantia da execução do Contrato, apresentará na Gerência Financeira (GFIN) desta Companhia, no prazo de 20 (vinte) dias da emissão da Ordem de Serviços, a importância correspondente a 3% (três por cento) do valor Contratual, em uma das seguintes modalidades:

- 1 - Caução em Dinheiro
- 2 - Seguro Garantia;
- 3 - Fiança Bancária.

Aracaju, 01 de agosto de 2022.

Me. Mário Leo de Oliveira Rodrigues
Gerente Socioambiental

ANEXO I

**COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE DESO
DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE E EXPANSÃO (DMAE)
GERÊNCIA SOCIOAMBIENTAL (GESA)
COORDENAÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS (CPSO)**

**PROJETO DE TRABALHO SOCIAL DA OBRA DE AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE
ABASTECIMENTO INTEGRADO DO AGRESTE**

ARACAJU - SE, AGOSTO, 2022.

SUMÁRIO

1	IDENTIFICAÇÃO	5
1.1	DADOS DA CONTRATAÇÃO	5
1.2	VALORES DA INTERVENÇÃO	5
2	EXECUÇÃO DO PROJETO DE TRABALHO SOCIAL	5
2.1	RESPONSABILIDADE TÉCNICA	5
2.2	PRAZOS E REGIME DE EXECUÇÃO	5
2.3	MARCO TEMPORAL DO TRABALHO SOCIAL	6
3	APRESENTAÇÃO DA INTERVENÇÃO	6
4	DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL	7
4.1	AREIA BRANCA	7
4.1.1	Histórico de Ocupação	7
4.1.2	Localização e Limites	8
4.1.3	Meio Ambiente	9
4.1.4	Infraestrutura	10
4.1.5	Aspectos Socioeconômicos	11
4.1.6	Aspectos Demográficos	13
4.1.7	Perfil da Saúde	14
4.1.8	Perfil da Educação	16
4.1.9	Perfil da Assistência Social	17
4.2	ITABAIANA	19
4.2.1	Histórico de Ocupação	19
4.2.2	Localização e Limites	20
4.2.3	Meio Ambiente	21
4.2.4	Infraestrutura	22
4.2.5	Aspectos Socioeconômicos	23
4.2.6	Aspectos Demográficos	24
4.2.7	Perfil da Saúde	26
4.2.8	Perfil da Educação	27
4.2.9	Perfil da Assistência Social	28
4.3	DIAGNÓSTICO DAS FAMÍLIAS BENEFICIADAS EM AMBOS OS MUNICÍPIOS...	29
5	JUSTIFICATIVA	32
6	OBJETIVOS	35
6.1	OBJETIVO GERAL	35
6.2	OBJETIVO ESPECÍFICOS	36
7	METODOLOGIA	37
7.1	DESCRIÇÕES DAS AÇÕES	39
7.2	DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES	57

7.3	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.....	62
8	CRONOGRAMA DAS AÇÕES.....	65
9	COMPOSIÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA.....	66
	REFERÊNCIAS.....	67
	APÊNDICES.....	70
	PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS.....	72

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Principais Características de Infraestrutura dos Domicílios.....	11
Quadro 2	Produto Interno Bruto Municipal de Areia Branca.....	12
Quadro 3	Número de Habitantes por Sexo.....	13
Quadro 4	Número de Habitantes por Religião.....	13
Quadro 5	População por Cor ou Raça.....	13
Quadro 6	Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).....	14
Quadro 7	Unidades de Saúde no Município de Areia Branca/SE.....	15
Quadro 8	Situação da Educação no Município de Areia Branca/SE.....	16
Quadro 9	População por Nível de Instrução.....	17
Quadro 10	População em Situação de Extrema Pobreza em Areia Branca/SE.....	18
Quadro 11	Equipamentos da Rede Socioassistencial do SUAS em Areia Branca/SE.....	19
Quadro 12	Principais Características de Infraestrutura dos Domicílios.....	23
Quadro 13	Produto Interno Bruto Municipal de Itabaiana.....	24
Quadro 14	Número de Habitantes por Sexo.....	25
Quadro 15	Número de Habitantes por Religião.....	25
Quadro 16	População por Cor ou Raça.....	25
Quadro 17	Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).....	26
Quadro 18	Situação da Educação no Município de Itabaiana/SE.....	27
Quadro 19	População por Nível de Instrução.....	27
Quadro 20	População em Situação de Extrema Pobreza em Itabaiana/SE.....	29
Quadro 21	Equipamentos da rede socioassistencial do SUAS em Itabaiana/SE.....	29
Quadro 22	Ações do PTS por Eixo.....	39
Quadro 23	Apresentação do PTS a Equipe Técnica Contratada.....	40
Quadro 24	Plantão Social.....	40
Quadro 25	Visitas Institucionais.....	41
Quadro 26	Apresentação do PTS as Instituições e Organizações.....	42
Quadro 27	Visitas Domiciliares.....	44
Quadro 28	Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador.....	46
Quadro 29	Reuniões Comunitárias.....	47
Quadro 30	Oficinas Sequenciadas de Educação Ambiental Crítica.....	49
Quadro 31	Elaboração do Diagnóstico Socioterritorial.....	50
Quadro 32	Distribuição da Cartilha do Diagnóstico Socioterritorial.....	51
Quadro 33	Elaboração do PDST.....	52
Quadro 34	Curso de Montagem e Manutenção de Computadores.....	52
Quadro 35	Curso de trancista e penteados Afro-brasileiros.....	53
Quadro 36	Planejamento Mensal das Ações.....	54

Quadro 37	Reuniões de Monitoramento da Execução do PTS.....	55
Quadro 38	Reuniões de Monitoramento da Execução do PDST.....	56
Quadro 39	Elaboração de Relatórios Mensais de Atividades do Trabalho Social.....	56
Quadro 40	Cronograma das Ações.....	65
Quadro 40	Composição da Equipe Técnica.....	66

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Número de Habitantes por Faixa Etária no Município de Areia Branca.....	14
Tabela 02	Número de Habitantes por Faixa Etária no Município de Itabaiana.....	25
Tabela 03	Número de Famílias na Área de Abrangência do Projeto.....	29
Tabela 04	Situação Domiciliar das Famílias da Área de Abrangência.....	30
Tabela 05	Rendimento Salarial Familiar por Município.....	30
Tabela 06	População em Situação de Extrema Pobreza.....	31

1 IDENTIFICAÇÃO

1.1 DADOS DA CONTRATAÇÃO

Programa: Serviços Urbanos de Água e Esgotos	Termo de Compromisso: 428.546-46/2014
Ação/Modalidade: Abastecimento de Água	
Empreendimento: Obra de Ampliação do Sistema de Abastecimento Integrado do Agreste.	
Municípios: Areia Branca e Itabaiana	UF: SE
Proponente/Agente Promotor: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade (SEDURBS)	
Executor da intervenção: Companhia de Saneamento de Sergipe DESO	
Tel.: (79)3226-1048	E-mail: cpso@deso-se.com.br

1.2 VALORES DA INTERVENÇÃO

a) Valor da Obra	R\$ 37.310.915,81 (trinta e sete milhões, trezentos e dez mil, novecentos e quinze reais e oitenta e um centavos de reais)
b) Valor destinado ao Trabalho Técnico Social	R\$ 400.113,00 (quatrocentos mil e cento e trinta e um reais)

2 EXECUÇÃO DO PROJETO DE TRABALHO SOCIAL - PTS

2.1 RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Área Gestora do Trabalho Social: Companhia de Saneamento de Sergipe DESO Diretoria de Meio Ambiente e Expansão (DMAE) Gerência Socioambiental (GESA)	
Responsáveis Técnicos: Mário Leo de Oliveira Rodrigues	Formação: Geoógrafo Especialista em Educação Ambiental Especialista em Gestão de Recursos Hídricos Mestre em Gestão de Recursos Hídricos
Flávia Aragão Pereira	Assistente Social
Marcus Lázaro da Costa Santos	Tecnólogo em Saneamento Ambiental
Telefone: (79)3226-1048	E-mail: cpso@deso-se.com.br

2.2 PRAZOS E REGIME DE EXECUÇÃO

Prazo da Intervenção Social: 540 dias	Prazo do PTS: 180 dias	Forma de execução do PTS Direta () Indireta () Ambas(X)
	Prazo do PDST: 360 dias	Forma de execução do PDST Direta () Indireta () Ambas(X)
Empresa responsável pela elaboração do PTS: Companhia de Saneamento de Sergipe DESO		

2.3 MARCO TEMPORAL DO TRABALHO SOCIAL

PROJETO DE TRABALHO SOCIAL - PTS	6 Meses
PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOTERRITORIAL - PDST	12 Meses

3 APRESENTAÇÃO DA INTERVENÇÃO

O referido Projeto de Trabalho Social (PTS) é correlato a Obra de Ampliação do Sistema de Abastecimento Integrado do Agreste.

Segundo o plano de trabalho de engenharia da obra (DESO, 2015), o Sistema de Abastecimento Integrado do Agreste atende as sedes municipais e diversas localidades rurais dos municípios de Itabaiana, Areia Branca, Campo do Brito, São Domingos e Macambira. Segundo este mesmo Plano a população a ser beneficiada é de 143.304 habitantes.

O município de Itabaiana responde por cerca de 70% (setenta por cento) da demanda de água fornecida pelo Sistema Integrado (DESO, 2015).

O Sistema opera com demanda reprimida, já que, a água tratada não é suficiente para atender a comunidade com regularidade, dessa forma, as comunidades são sujeitas a rodízio no abastecimento (DESO, 2015).

Para regularizar o abastecimento, vários sistemas foram implantados ou melhorados, a exemplo do Sistema de Cajaíba, dos Sistemas Dendezeiro e Matapoã. Entretanto, segundo o plano de trabalho de engenharia da obra a implantação destes novos sistemas de distribuição não foi acompanhada da necessária ampliação da capacidade dos sistemas produtores de água tratada, levando o Sistema de Abastecimento Integrado do Agreste à situação crítica, principalmente, na sede de Itabaiana (DESO, 2015).

Objetivando melhoramento do Sistema, o Plano de Engenharia prevê:

- Desativação da Estação de Tratamento de Água ETA-Itabaiana;
- Reforma da Casa de Química da ETA de Itabaiana e do Escritório;
- Desativação e demolição dos antigos reservatórios;
- Ampliação da capacitação do Sistema Jacarecica;
- Construção de uma Estação de Tratamento de Água localizada no município de Areia Branca;
- Ampliação do abastecimento de água para o Distrito Industrial de Itabaiana, com melhora operacional do sistema e redução das perdas de água do sistema.

Este PTS tem por objetivo identificar os problemas socioambientais dos municípios, mitigando-os através do fortalecimento da participação social, incentivando a apropriação do serviço implantado e melhorias nas condições de vida da população beneficiada.

Areia Branca e Itabaiana serão os municípios onde acontecerão às atividades do PTS, e foram escolhidos por serem os mais atingidos pelos transtornos ocasionados pelas obras de engenharia.

Principais ações que serão executadas durante a atuação do PTS:

Apresentação do PTS a Equipe Técnica Contratada; Plantão Social; Visitas Institucionais; Apresentação do PTS as Instituições Públicas/Privadas e Organizações da Sociedade Civil; Visitas Domiciliares; Reuniões Comunitárias; Oficinas Sequenciadas de Educação Ambiental Crítica; Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador (DRPE); Curso de Montagem e Manutenção de Computadores; Curso de Trancista-Penteados Afro-Brasileiros; Elaboração do Diagnóstico Socioterritorial; Distribuição da Cartilha do Diagnóstico Socioterritorial; Elaboração do PDST; Planejamento Mensal das Ações do PTS; Elaboração de Relatórios; Agenda Mensal; Plano de Desenvolvimento Socioterritorial (PDST); Atividades Administrativas; Distribuição de Material Educativo; Reuniões de Monitoramento da Execução do PTS e Reuniões de Monitoramento da Elaboração do PDST.

4 DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL

4.1 AREIA BRANCA

4.1.1 Histórico de Ocupação

O município de Areia Branca tem sua formação associada à dinâmica comercial vinculada à movimentação comercial de tropas que se deslocavam da zona da mata em direção ao interior do estado. No município os tropeiros estabeleciam os pontos de parada, fato que contribuiu para a fixação de famílias e o surgimento das primeiras povoações nas terras que atualmente compreende o município.

Outro marco histórico da formação do município refere-se à atuação de José Ferreira Neto, grande latifundiário da região, ele foi o responsável pelo adensamento da principal povoação do município, através do loteamento, comércio e distribuição de parte de suas terras que se localizavam no entorno da localidade conhecida como

Lagoa Seca para as famílias mais carentes (SANTIAGO, 2011). Foi nesse lugar que o povoado começou a crescer, e hoje se encontram dois conjuntos habitacionais, trata-se na atualidade, do bairro Lagoa Seca onde está sendo construída a ETA.

Assim como José Ferreira Neto, os ilustres Juviano Freire de Oliveira e Virgílio Rodrigues do Nascimento estabeleceram papéis decisivos na fundação municipal, que teve início em frente a uma capela pertencente à igreja católica que mais tarde se transformaria na igreja matriz São João Batista, atual padroeiro. (SANTIAGO, 2011)

Em 11 de novembro de 1963, por meio da Lei Estadual nº 1.224, a povoação de Areia Branca é elevada à categoria de município, adquirindo desde então, autonomia política e administrativa, deixando de ser subordinado ao município de Riachuelo. As terras que hoje compreende o território municipal foram desmembradas não somente de Riachuelo, mas também dos municípios de Laranjeiras e Itabaiana (IBGE, 2017).

Apesar de emancipando em 1963, a primeira eleição ocorreu em 07 de setembro de 1965. Na ocasião, foi eleito o primeiro prefeito José Edgar de Andrade, que deu início a estruturação do distrito sede. O seu sucessor, José Francisco de Almeida, deu continuidade ao serviço de calçamento. Na década seguinte, a construção da Rodovia Federal BR-235 contribuiu para reconfiguração da sua malha urbana, facilitando o fluxo de mercadorias e pessoas (IBGE, 2017); (SANTIAGO, 2011).

No contexto atual, de acordo com as estimativas do IBGE (2020), a população de Areia Branca é de 18.686 habitantes, que representa um crescimento populacional absoluto de 1.829 pessoas quando comparamos com os dados do último censo em 2010. A população está distribuída numa área territorial de 148,134 km² e conforma uma densidade demográfica de 114,93 hab./km².

4.1.2 Localização e Limites

O município de Areia Branca está localizado numa posição geográfica central no estado de Sergipe, sob as coordenadas geográficas 10°45'29" e 37°18'45". Limita-se ao norte com os municípios de Riachuelo e Malhador, ao sul, com o município de Itaporanga D'Ajuda, ao leste com Laranjeiras e ao oeste com Itabaiana.

No tocante as suas características regionais, Areia Branca localiza-se nas Regiões Imediata e Intermediária de Itabaiana. Na Mesorregião do Agreste Sergipano,

na Microrregião geográfica do Agreste de Itabaiana e no Território do Agreste Central Sergipano.

Areia Branca distancia-se a 34 quilômetros da capital Aracaju e a única forma de acesso entre ambas, desenvolvem-se por via terrestre por meio das Rodovias Federais BR-235 e BR-101.

Além da sede municipal o município de Areia Branca tem como principais localidades na zona rural, os povoados Colônia São Paulo, Manilha, Guidinha, Pedrinhas, Caroba, Canjinha, Cajueiro, Boqueirão, Serra Comprida, Junco, Rio das Pedras, Areias e Chico Gomes (SEMARH, 2016). O acesso entre os povoados e a sede municipal, ocorre através da rodovia BR-235 e estradas vicinais municipais.

4.1.3 Meio Ambiente

a) Solo

O território municipal de Areia Branca é composto por associações de solos argilosos vermelhos e amarelos, formado por materiais de textura argilosa média, são recobertos por pastagens e lavouras agrícolas. Os neossolos quartzarênico, apresentam textura arenosa de ocorrência comum nas bases de Serras, também são utilizados para cultivos agrícolas. O terceiro tipo é o luvisolos, e caracteriza-se pela textura argilosa e baixa profundidade, ocorre na serra de Itabaiana. (SANTIAGO, 2011); (SEMARH, 2016).

b) Geologia/geomorfologia

As terras do município de Areia Branca/SE estão delimitadas sob estruturas geológicas compostas por terrenos da era proterozoica vinculados ao Grupo Miaba caracterizada por ortognaisses, gnaisses, migmatitos associados ao complexo gnáissica-migmatítico do Domo de Itabaiana. As estruturas geológicas favorecem a formação de relevos dissecados do tipo crista e tabular com uma superfície pediplanada.

O Domo de Itabaiana é a maior expressividade geomorfológica dos municípios de Areia Branca e Itabaiana, que compartilham territorialmente o Parque Nacional Serra de Itabaiana, que resguarda o afloramento de nascentes, riachos, quedas d'água, vegetações, matas e fauna nativa. De acordo com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o parque foi criado em 28 de agosto de 2007, pela força da lei nº 11.516. Ocupa uma área de 8.024,79 hectares e abriga 16

tipos de espécies de répteis, 24 de anfíbios, 62 de mamíferos e 123 de aves. Constituindo-se então, uma importante unidade de conservação da fauna e flora endêmica e para realização do ecoturismo (SANTIAGO, 2011); (SEMARH, 2016).

c) Vegetação

A cobertura vegetal de Areia Branca tem característica heterogênea, formada por campos limpos, campos sujos, caatinga, cerrado e mata atlântica. Essa heterogeneidade acontece devido à variação da umidade e da pluviometria nas porções leste e oeste da Serra de Itabaiana. A cobertura vegetal original encontra-se em áreas residuais de florestas estacionais. A maior parte da cobertura vegetal foi removida para o estabelecimento de pastagens e cultivos agrícolas (SANTIAGO, 2011); (SEMARH, 2016).

d) Hidrografia

No município observa-se a presença de duas bacias hidrográficas, as do Rio Sergipe e Vaza-barris. Os Rios Vermelho, Olhos D'Água, Verde, Cotinguiba, Negro e Jacarecica, são os principais afluentes do Rio Sergipe no município.

O Rio Jacarecica é a principal fonte de fornecimento hídrico para o abastecimento de água para a sede municipal, é dele que ocorrerá a captação da ampliação do sistema de abastecimento. Observa-se ainda, o afloramento de nascentes que compõem a rede hidrográfica de ambas as bacias no Parque Nacional da Serra de Itabaiana, o que evidencia a importância da estímulo a preservação dos mananciais para o estabelecimento do equilíbrio do sistema hídrico (SANTIAGO, 2011); (SEMARH, 2016).

4.1.4 Infraestrutura

De acordo com os dados do IBGE (2010) Areia Branca/SE possui o número total de 4.601 domicílios, destes, verifica-se a predominância na zona rural com 2.439, enquanto na zona urbana totalizou 2.162 domicílios. O serviço de coleta de lixo consegue atender 3.749 domicílios, enquanto o abastecimento de água pela rede geral atende 3.236 e energia elétrica 4.528, conforme observamos no Quadro 01, a seguir. Segundo informações repassadas pela Assessoria de Planejamento e Gestão Empresarial da DESO, Areia Branca não possui cobertura de esgotamento sanitário

coletado e tratado. Com relação às vias urbanas arborizadas, o IBGE (2010) informa que 46% da sede do município possui arborização.

Quadro 01 - Principais Características de Infraestrutura dos Domicílios

CARACTERÍSTICAS	DOMICÍLIOS ATENDIDOS (%)
Abastecimento de Água	
Rede da Companhia de Saneamento DESO	70,3
Fontes Alternativas (Poços ou Nascentes)	25
Outras formas	4,7
Instalação Sanitária	
Rede da Companhia de Saneamento DESO	0
Existência de Banheiro	92
Resíduos Sólidos	
Coletado	81,4
Queimado	12,5
Jogado em logradouros e terrenos	4,9
Energia Elétrica	
Existente	98,4
Inexistente	1,6

Fonte: IBGE, 2010.

4.1.5 Aspectos Socioeconômicos

Em 2017, conforme IBGE (2020), o salário médio mensal dos trabalhadores formais era de 2,2 salários-mínimos, já a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 6,2%, na comparação com outros municípios do estado, em relação a esses dois fatores, ocupava as posições 17º e 66º dos 75 municípios respectivamente, já na comparação com cidades do país, ficava na posição 1139º e 4771º das 5.570 cidades, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até 1/2 salário-mínimo por pessoa, tinha 48,3% da população nessas condições, o que o colocava na posição 50º dentre as 75 cidades do estado e na posição 1682º dentre as 5.570 cidades do Brasil.

A economia de Areia Branca/SE é composta por atividades agropecuárias, industriais, comércio e serviços, em suma, os setores de comércio e serviços são responsáveis por movimentar 48,7% do Produto Interno Bruto Municipal de Areia Branca, enquanto a agropecuária movimenta 40,2%. As atividades industriais correspondem a 11,1% das riquezas municipais, conforme Quadro 02, a seguir.

Quadro 02 - Produto Interno Bruto Municipal de Areia Branca

CATEGORIA (PREÇOS CORRENTES)	(X 1000) R\$
Impostos líquidos de subsídios sobre produtos	9.462,01
PIB	195.684,27
PIB per capita	10.583,82
Valor adicionado bruto da agropecuária	39.685,84
Valor adicionado bruto da indústria	11.008,47
Valor adicionado bruto dos serviços	47.849,82

Fonte: IBGE, 2010.

Em relação às atividades agrícolas, o principal produto cultivado em lavouras temporárias é a cana-de-açúcar, seguidos por mandioca, batata-doce, feijão, amendoim. Nas lavouras permanentes destacam-se a produção de banana e coco-da-baía. Destacando-se então, como grande produtor de alimentos. No que se refere à pecuária, no município verifica-se a criação de galináceos, bovinos, suíno, caprino, ovino, além da criação de tilápia em cativeiro (IBGE, 2019).

As atividades industriais em Areia Branca estão concentradas na extração de minérios não metálicos, para a produção de materiais cerâmicos como tijolos, blocos e telhas, além do refino de areia e argila com destino a construção civil.

No setor alimentício, estão presentes as indústrias de laticínios e massas, para a produção de derivados do leite e pães. Além disso, os dados do Cadastro Central de Empresas do IBGE (2018) apresentam 95 unidades empresariais cadastradas no município.

No setor de comércio e serviços destaca-se a comercialização de produtos agrícolas e pecuários em mercados e feiras livres na sede do município, e pequenas lojas e empreendimentos de roupas, móveis e eletrodomésticos. Os serviços como saúde, educação e assistência social são predominantemente ofertados pelo setor público municipal.

A atividade turística em Areia Branca ocorre na modalidade do turismo de aventura por meio das trilhas e cachoeiras existentes no Parque Nacional da Serra de Itabaiana. Além disso, o turismo cultural ocorre durante os festejos juninos com o tradicional São João no forró-dromo municipal, um espaço de 49 mil metros quadrados, com apresentações de artísticas de renome regional de nacional, atraindo turistas de diversas localidades do Nordeste.

4.1.6 Aspectos Demográficos

De acordo com as estimativas do IBGE (2020) a população total de Areia Branca em 2019 foi de 18.686 habitantes. Porém, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE em 2010, o município apresentava uma população absoluta de 16.857 habitantes. Destes 51,4% vivem na zona rural e 48,6% na zona urbana, além disso, 50,3% são do sexo masculino, enquanto 49,7% são do sexo feminino como mostra no Quadro 03, a seguir. São 71,6 % da população são católicos e 65% se auto declararam pardos como mostram os Quadros 04 e 05 respectivamente.

Quadro 03: Número de Habitantes por Sexo

Sexo	População
Masculino	8.493
Feminino	8.364

Fonte: IBGE, 2010.

Quadro 04: Número de Habitantes por Religião

Religião	Habitantes	Religião	Habitantes
Católicos	12.091	Testemunhas de Jeová	82
Evangélicos	1.143	Candomblecistas	36
Espíritas	139	Sem religião	3.366

Fonte: IBGE, 2010.

Quadro 05: População por Cor ou Raça

Cor ou raça	População
Parda	10.997
Branca	4.162
Preta	1.571
Amarela	113

Fonte: IBGE, 2010.

Conforme os dados demográficos apresentados na Tabela 01, a seguir, fica evidente que a maior parte da população está em idade economicamente ativa.

Tabela 01: Número de Habitantes por Faixa Etária

Faixa Etária	Homens	Mulheres	Total
0 - 9	1.428	1.521	2.949
10 - 19	1.803	1.818	3.621
20 - 29	1.682	1.448	3.130
30 - 49	2.215	2.202	4.417
50 - 69	938	982	1.920
> 70	343	394	737
TOTAL GERAL	8.409	8.320	16.729

Fonte: IBGE, 2010.

Conforme o Censo do IBGE de 2010, o IDHM de Areia Branca é considerado médio, entretanto, existe uma perspectiva de crescimento ao se comparar com os dados de 1991 e 2000 como apresentado no Quadro 06, a seguir.

Quadro 06: Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

ANO	IDHM
1991	0,293
2000	0,440
2010	0,579

Fonte: IBGE, 2010.

4.1.7 Perfil da Saúde

Em Areia Branca os serviços de saúde são oferecidos exclusivamente pelo poder executivo municipal, que administra clínicas de saúde geral e unidades de fisioterapia e psicologia, postos de saúde distribuídos na sede municipal e principais povoações, unidades administrativas e fiscalizadoras, além de unidades de urgência e emergência. Não existem hospitais em Areia Branca, os munícipes que necessitarem desse tipo de serviço são transferidos para o Hospital Regional de Itabaiana ou Hospital de Urgência de Sergipe Governador João Alves Filho.

Quadro 07: Unidades de Saúde no Município de Areia Branca/SE

UNIDADES	Quantidade
Clínicas de Saúde	02
Postos de Saúde	05
Unidades de Emergência	01
Unidades de Saúde	06

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Areia Branca, 2020.

Doenças de veiculação hídrica relaciona a falta de saneamento: Todas as formas de vida na Terra necessitam da água como elemento significativo para a manutenção das suas necessidades vitais. No desenvolvimento da vida humana a água tornou-se um bem de consumo presente nas atividades do cotidiano, tanto para o consumo e higiene do corpo, como nas atividades domésticas, agrícolas, industriais e no comércio. Neste sentido, a água é um item indispensável no cotidiano do campo e das cidades.

Apesar de a água ser um importante vetor do desenvolvimento humano, ele também pode ser vetor de transmissão de doenças devido ao uso inadequado, falta

de saneamento básico, tratamento deficiente ou contaminação por dejetos, efluentes e esgotos domésticos, agrícolas e industriais lançados em rios, córregos, açudes e dentre outras fontes de recursos hídricos.

As principais doenças recorrentes transmitidas em decorrência do consumo ou contato com águas contaminadas são as diarreias, Disenteria Bacteriana, Cólera, Leptospirose, Hepatite A, Febre Tifoide, Dengue, Chikungunya, Rotavírus, Ascariíase, Toxoplasmose, Esquistossomose, entre outras. De acordo com informações repassadas pela Secretaria Municipal de Saúde de Areia Branca, as principais doenças de veiculação hídricas registradas na população foram a Dengue, Chikungunya, Diarreia, verminoses e Hepatite A.

Em Areia Branca são realizadas campanhas contra doenças como a Dengue, Chikungunya e verminoses, principalmente nos ambientes e espaços escolares realizando atividades educativas e nas comunidades através de seus agentes comunitários de saúde.

4.1.8 Perfil da Educação

O sistema educacional do município atende parcialmente às necessidades educacionais da população residente, pois em Areia Branca é possível matricular-se na educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Os munícipes que necessitam do ensino superior deslocam-se para os municípios que contém campus universitário da Universidade Federal de Sergipe e outras faculdades da rede particular de ensino.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), ao município compete à oferta da educação infantil e ensino fundamental, ao estado a oferta do ensino médio e a rede privada pode oferecer cursos em diversos níveis, desde que cumpra as legislações da educação, no Quadro 08, está apresentada a situação da educação no município.

Quadro 08: Situação da Educação no Município Areia Branca/SE

NÍVEL DE ENSINO	ESTABELECIMENTOS	MATRÍCULAS	DOCENTES
Educação Infantil	18	764	35
Ensino Fundamental	18	3.212	137
Ensino Médio	2	366	21
Ensino Superior	0	0	0

Fonte: IBGE, 2018.

De acordo com dados repassados pela Secretaria de Educação do município de Areia Branca a rede privada de ensino é responsável por 02 (dois) estabelecimentos de educação infantil e 02 (dois) estabelecimentos de ensino médio.

No que se refere à educação, de acordo com o IBGE (2010), a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade chega a 98%. Em relação ao nível de instrução da população do município, 74% possuem o fundamental incompleto, enquanto 12,8% possuíam o fundamental completo e médio incompleto, 10,8% estudaram o ensino médio completo e superior incompleto, e apenas 1,55% da população cursaram o superior completo. Em números absolutos, verificar no Quadro 09.

Quadro 09: População por Nível de Instrução no Município de Areia Branca/SE

Nível de Instrução	População
Fundamental incompleto	10.317
Fundamental completo e médio incompleto	1.779
Médio completo e superior incompleto	1.506
Superior completo	215

Fonte: IBGE, 2010.

Conforme sistematizado no Quadro 09, é perceptível que o nível de instrução da população é considerado baixo, predominantemente vinculado ao ensino fundamental incompleto. No que se refere ao índice de desenvolvimento da educação básica, em 2017, a média do ensino fundamental nos anos iniciais ficou estabelecida em 4,2 e nos anos finais de 2,9, abaixo da média estadual de 4,9 e 3,9 respectivamente.

4.1.9 Perfil da Assistência Social

De acordo com dados coletados em visita técnica ao CRAS de Areia Branca, em agosto de 2020, o município registrou no cadastro único:

- 3.836 famílias inseridas no cadastro único;
- 2.556 famílias com o cadastro atualizado nos últimos dois anos;
- 3.284 famílias com renda até $\frac{1}{2}$ salário mínimo;
- 2.226 famílias com renda até $\frac{1}{2}$ salário mínimo com o cadastro atualizado.

No município, havia 2.076 famílias beneficiárias do Bolsa Família no mês de março de 2020, destas, 7.243 pessoas diretamente beneficiadas pelo Programa. Além

disso, 92,4% dos responsáveis familiares eram do sexo feminino.

Em novembro de 2020, o número de pessoas beneficiárias do Programa do Bolsa Família (PBF) equivalia aproximadamente a 38% da população total, abrangendo 1.811 famílias que, sem o programa, estariam em condição de extrema pobreza. A cobertura do programa foi de 92% em relação à estimativa de famílias pobres no município. Essa estimativa é calculada com base nos dados mais atuais do Censo Demográfico, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

No mês de março de 2020, foram transferidos R\$ 351.230,00 às famílias do Programa no município, e o benefício médio repassado foi de R\$ 169,19 por família. Das 2.076 famílias beneficiárias do PBF no município, 59 estavam com o benefício liberado, nenhuma estava com o benefício bloqueado e 2.226 estavam com o benefício suspenso. Nesse mesmo mês, nenhuma família teve o benefício cancelado.

Quadro 10: População em Situação de Extrema Pobreza em Areia Branca/SE

Faixa etária	Número de pessoas
0 a 4 anos	286
5 a 9 anos	310
10 a 14 anos	291
15 a 17 anos	130
18 a 24 anos	289
25 a 34 anos	267
35 a 49 anos	297
50 a 59 anos	180
>60	22

Fonte: IBGE, 2010.

Conforme a folha de pagamento dos beneficiários da Previdência Social dos meses de janeiro a agosto de 2020 e em relação ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) o município de Areia Branca apresenta o total de 401 beneficiários, sendo 305 pessoas com deficiência e 96 pessoas idosas.

Em 2020, o município possui apenas 01 (um) Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) com atendimento aproximado de 900 pessoas por mês e sua equipe de profissionais é composta por 02 (dois) assistentes sociais, 01 (uma) historiadora (que coordena o serviço) e 01 (uma) psicóloga. O CRAS do município realiza vários tipos de serviços, sendo estes: oficinas artesanais através de pinturas em tecidos para idosos e mulheres de 30 a 49 anos; oficinas para adolescentes tais

como: dança, futebol e flauta, visitas domiciliares, projetos para gestantes com o objetivo da personalização do enxoval, acompanhamento de crianças de 0 a 3 anos através do Projeto Criança Feliz, serviços de convivência através de oficinas com temas sobre meio ambiente e atualmente está realizando atividades domiciliares, em virtude do novo coronavírus, todo material é disponibilizado pelo CRAS, possui também um Núcleo de Cidadania de Adolescentes (NUCA), composto por jovens de 14 a 17 anos.

Quadro 11: Equipamentos da Rede Socioassistencial do SUAS em Areia Branca/SE

Equipamentos	Ativos	Preencheram o Censo SUAS 2019
CRAS	1	1
CREAS MUNICIPAL	1	1
UNIDADES DE ACOLHIMENTO	1	1

Fonte: Ministério da Cidadania, 2020.

4.2 ITABAIANA

4.2.1 Histórico de Ocupação

Com a descoberta do Brasil, a Coroa Portuguesa, visando à colonização do novo continente, em 1534 dividiu-o em capitanias hereditárias, tendo o território sergipano sido dado a Francisco Pereira Coutinho. Com a morte deste, seu filho, Manoel Pereira Coutinho, fracassando na exploração das terras, vendeu sua capitania à Coroa Portuguesa, em 1549, permanecendo as terras sergipanas, ocupadas pelo elemento indígena. Em 1590 a expedição de Cristóvão de Barros liquida os indígenas e se inicia o processo de colonização de Sergipe (ITABAIANA, 2020).

Por essa época iniciou-se propriamente dito, ao povoamento e colonização de Itabaiana em grande escala, com a distribuição de imenso número de sesmarias de suas terras, notadamente aquelas situadas à margem do rio Jacarecica, os colonos contemplados com tais sesmarias, se espalhando em sítios pelas margens do rio, vão fundar o Arraial de Santo Antônio, a primeira povoação de Itabaiana, na região hoje conhecida por Igreja Velha, a uma légua do atual centro da cidade de Itabaiana, erguendo-se uma capela, fundando a Irmandade das Santas Almas. Esta capela é registrada no mapa de Caspar Barlaeus, durante a invasão holandesa, datado provavelmente de 1641, data em que os holandeses pesquisaram ouro na Serra de Itabaiana (ITABAIANA, 2020).

O local onde se encontra hoje a sede do município, conhecida no século XVI como Caatinga de Ayres da Rocha, era primitivamente um sítio de propriedade do

pároco de São Cristóvão, Padre Sebastião Pedroso de Góes, que vendeu em 09 de julho de 1675, à Irmandade das Almas de Itabaiana, sob a condição de nele ser reedificado um templo sob a invocação de Santo Antônio e Almas de Itabaiana. Segundo Sebrão Sobrinho, a intenção do Padre Sebastião era ver concretizada a criação da Freguesia de Santo Antônio e Almas de Itabaiana e para tanto, mister que se fazia que a igreja fosse edificada em terreno próprio. Como a capela de Santo Antônio estava edificada numa fazenda de propriedade particular, jamais a freguesia pôde ser criada (ITABAIANA, 2020); (IBGE, 2017).

A povoação foi crescendo e já pelo ano de 1678, Itabaiana era distrito, possuindo paróquia desde outubro de 1675, permanecendo a invocação de Santo Antônio e Almas de Itabaiana. A paróquia de Itabaiana foi criada pelos governadores do Arcebispado, na ausência do Arcebispo D. Gaspar Barata de Mendonça.

A vila foi levantada pelo Ouvidor D. Diego Pacheco de Carvalho, em 1698, sob a denominação de Vila do Santo Antônio e Almas de Itabaiana. Em 1727, aparecia como já possuindo sua Câmara representando o município (ITABAIANA, 2020).

A Vila de Santo Antônio e Almas de Itabaiana, por força da Resolução Provincial de número 301, de 28 de agosto de 1888, elevado à categoria de cidade, na Presidência de Francisco Paula Preste Pimentel (ITABAIANA, 2020); (IBGE, 2017).

No contexto atual, de acordo com as estimativas do IBGE (2020), a população de Itabaiana é de 96.142 habitantes, que representa um crescimento absoluto de 9.175 quando comparamos com os dados do último censo de 2010. A população está distribuída numa área territorial 337,295 km² e conforma uma densidade demográfica de 258,30 hab./km².

4.2.2 Localização e Limites

O município de Itabaiana está localizado numa posição geográfica central no estado de Sergipe, entre as coordenadas latitude 10°41'06" sul e a uma longitude 37°25'31" oeste. Limitando-se ao norte com os municípios de Ribeirópolis, Frei Paulo e Moita Bonita, ao leste com Malhador e Areia Branca, ao sul com Itaporanga D'Ajuda e Campo do Brito e ao oeste com Macambira.

A influência econômica e social de Itabaiana é notada nos processos de regionalização do estado. Conforme o IBGE (2020), a região intermediária de Itabaiana é uma das duas regiões intermediárias do estado de Sergipe, e tem com uma população estimada em 682.063 habitantes. O município também se localiza na

Região Imediata de Itabaiana, na Mesorregião do Agreste Sergipano, na Microrregião Geográfica do Agreste de Itabaiana e no Território do Agreste Central Sergipano.

O município de Itabaiana está distante a 54 quilômetros da capital Aracaju e a única forma de acesso entre ambos ocorre por via terrestre através das Rodovias Federais BR-235 e BR-101.

Para além da sede municipal, o município de Itabaiana é composto por diversas povoações na zona rural, entre elas: Boqueirão, Terra Dura, Riacho das Pedras, Tiririca, Serra do Cágado, Cabeça do Russo, Tabuleiro do Chico, Tabuleiro da Telha, Matapoã, Siebra, Sobrado, Oiteiro, Prensa, Vermelho, Sambaíba, Porções, Queimadas, Taperinha, Carqueijo, Flechas, Bastião, Sítio Porto, Queimadinhos, Roncador, Juazeiro, Lagoa do Líbano, Caraíbas, Sítio Novo, Tapera, Canário, Nicó, Marcela, Gravatá, Bom Jardim, Congo, Maria Formosa, Corisco, Tijolo, Muriç, Zangue, Serra, Lagoa, Estreito, Maringá, Lagamar, Batula, Fazendinha, Pé do Vento, Barreiro, Rua Cinza, Telha, Saco, Carrilho, Gandú, Serrinha, Mundo Novo, Taboca, Rio das Pedras, Campo Grande, São José, Lagoa do Forno, Mangabeira, Dunga, Cajaíba, Manoveira, Ribeira, Vida Cancela, Gameleira, Silvestre, Barro Preto, Barrado, T. dos Barrados, Água Branca, Cajoeirão, Cachoeira II, Agreste Velho, Várzea do Gama, João Gomes, Fazenda Graça, Tanque Vermelho, Casadeira, Melinha Velha, Zangué, Oiterinhos, Malhada Velha, Cansanção, Carneiro, Dendezeiro (SEMARH, 2016).

4.2.3 Meio Ambiente

a) solo

O território municipal de Itabaiana é composto por associações de solos de tipologia Planossolos, Luvisolos e Neossolos, comumente utilizados para a prática da agropecuária e exploração mineral. Os luvisolos possuem textura argilosa e baixa profundidade, e ocorre na porção sul e leste do município, no entorno da Serra de Itabaiana. Em maior quantidade, os planossolos são constituídos por alto teor de argila e estrutura bem desenvolvida ou maciça. Em relação aos Neossolos, estão classificados em litólicos e eutróficos distróficos (SEMARH, 2016).

b) Geologia/geomorfologia

As terras do município de Itabaiana estão delimitadas sob estruturas geológicas compostas por dobramentos da era neoproterozoico, com evidências de granitos/granodioritos, leucocráticos, abiotitae, muscovitae ou granadas finas

agrossos. O município está sob influência do embasamento gnáissico do domo de Itabaiana e Simão Dias. (SANTOS *et al* 1998). As estruturas geológicas favorecem a formação de relevo dissecado em colinas e interflúvios tabulares e superfícies pediplana.

c) Vegetação

A cobertura vegetal de Itabaiana tem característica heterogênea, formada por caatinga, campos limpos, campos sujos, cerrado. Essa particularidade da cobertura vegetal ocorre devido ao município está numa faixa de transição entre a Zona da Mata e o Sertão. O Domo de Itabaiana em seu lado oeste impede a passagem de umidade para parte do município, propiciando a formação de vegetação com características do cerrado e caatinga. Entretanto, as atividades agrícolas e a agropecuária são responsáveis pela remoção das vegetações originais, substituindo-as por pastagens e cultivos (SEMARH, 2016).

d) Hidrografia

As terras do município de Itabaiana são drenadas pelas bacias hidrográficas do Rio Sergipe e vaza-barris. Os principais canais fluviais pertencentes à rede hidrográfica do Vaza-barris são o Rio Taboca, Riachos do Meio, Tronco, das Moças e Rio das Pedras. Na rede Hidrográfica do Rio Sergipe, destacam-se Rio Gravatá, Riacho da Marcela e Riacho do Boqueirão e o Rio Jacarecica que é uma das principais fontes de abastecimento de água, assim como o Açude da Marcela (SEMARH, 2016).

4.2.4 Infraestrutura

De acordo com os dados do IBGE (2010) Itabaiana possui o número total de 25.979 domicílios, destes, verifica-se a predominância na zona urbana com 20.444, enquanto na zona rural totalizou 5.536 domicílios. O serviço de coleta de lixo consegue atender 23.354, enquanto o abastecimento de água pela rede geral contempla 22.325 e a rede de energia elétrica 25.883, conforme observamos no Quadro 12.

Segundo informações repassadas pela Assessoria de Planejamento e Gestão Empresarial da DESO, O município possui cobertura de esgotamento sanitário coletado e tratado e drenagem pluvial, entretanto obras de engenharia estão em andamento para conclusão e ampliação da área de coleta. Com relação às vias

urbanas arborizadas o IBGE (2010) informa que 44,6% da sede do município possui arborização.

Quadro 12: Principais características de infraestrutura dos domicílios

CARACTERÍSTICAS	DOMICÍLIOS ATENDIDOS (%)
Abastecimento de Água	
Rede da Companhia de Saneamento DESO	85,8
Fontes Alternativas (Poços ou Nascentes)	3,8
Outras formas	10,4
Instalação Sanitária	
Rede da Companhia de Saneamento DESO	60,4
Existência de Banheiro	95,9
Resíduos Sólidos	
Coletado	89,8
Queimado	8,7
Jogado em logradouros e terrenos	1,02
Energia Elétrica	
Existente	99,5
Inexistente	0,5

Fonte: IBGE, 2017.

4.2.5 Aspectos Socioeconômicos

Conforme IBGE (2018), o salário médio mensal dos trabalhadores formais era de 1,6 salários-mínimos, já a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 18,2%, na comparação com outros municípios do estado, em relação a esses dois fatores, ocupava as posições 68º e 4º dos 75 municípios respectivamente, já na comparação com cidades do país, ficava na posição 4.225º e 1.559º das 5.570 cidades, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até 1/2 salário-mínimo por pessoa, tinha 42,1% da população nessas condições, o que o colocava na posição 71º dentre as 75 cidades do estado e na posição 2.463º dentre as 5.570 cidades do Brasil.

A economia de Itabaiana, é composta por atividades agropecuárias, industriais, comércio e serviços, em suma, o setor de comércio e serviços são responsáveis por movimentar 77,8% do Produto Interno Bruto Municipal, enquanto a agropecuária movimenta 12,05%. As atividades industriais correspondem a 10,11% das riquezas municipais, conforme Quadro 13.

Quadro 13: Produto Interno Bruto do Município de Itabaiana

CATEGORIA (PREÇOS CORRENTES)	(X 1000) R\$
Impostos líquidos de subsídios sobre produtos	220.355,37
PIB	1.805.071,52
PIB per capita	18.961,63
Valor adicionado bruto da agropecuária	143.988,11
Valor adicionado bruto da indústria	120.114,27
Valor adicionado bruto dos serviços	923.012,69

Fonte: IBGE, 2010.

Itabaiana é um dos maiores produtores de alimentos do estado de Sergipe, abastecendo o mercado de alimentos das grandes cidades dos estados de Sergipe, Alagoas, Bahia e Pernambuco. No mesmo ano, em relação às lavouras temporárias, destacam-se a produção de amendoim (329 toneladas), batata-doce (23.750 toneladas), Feijão (36 toneladas), Mandioca (1.400 toneladas) e o milho (2.772 toneladas). No caso da pecuária, o rebanho bovino é de 33.449, galináceos de 99.960, enquanto o rebanho suíno é de 4.743.

Em relação às atividades industriais em Itabaiana, observa-se uma diversidade de indústrias instaladas no município, dos setores de alimentos, bebidas, construção civil, cerâmica, móveis, implementos rodoviários, calçados, alumínio, algodão e entre outros. Observa-se no município a presença de um arranjo produtivo local de carrocerias de caminhões de carga. No cadastro central de empresas do IBGE (2018a), existem 2.113 unidades empresariais cadastradas no município.

Itabaiana é responsável pelo maior polo comercial e de serviços do interior do estado de Sergipe e concentra na sede municipal estabelecimentos comerciais diversificados, com destaque para supermercados, atacadistas, varejistas lojas de roupas e calçados, embalagens e plásticos, couro, farmácias, joalheiras. Com a inauguração do Shopping Peixoto, instalou-se no município, estabelecimentos comerciais nacionais e internacionais, além de inserir serviços que antes eram ofertados apenas na capital do Estado.

4.2.6 Aspectos Demográficos

De acordo com as estimativas do IBGE (2020) a população total de Itabaiana em 2020 é de 96.142 habitantes. Porém, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE em 2010, o município apresentava uma população absoluta de 86.967 habitantes. Destes 77,8% vivem na zona urbana e 22,2% na zona rural, além disso,

48,8% são do sexo masculino, enquanto 51,2% são do sexo feminino. 86,3 % da população são católicos e 55,6% se auto declararam pardos. Nos Quadros, a seguir, apresentamos esses dados detalhados em números absolutos.

Quadro 14: Número de Habitantes por Sexo

Sexo	População
Masculino	42.496
Feminino	44.471

Fonte: IBGE, 2010.

Quadro 15: Número de Habitantes por Religião

Religião	Habitantes	Religião	Habitantes
Católicos	75.091	Testemunhas de Jeová	966
Evangélicos	4.782	Candomblecistas	23
Espiritas	820	Sem religião	4.955

Fonte: IBGE, 2010.

Quadro 16: População por Cor ou Raça

Cor ou raça	População
Parda	48.378
Branca	33.350
Preta	4.435
Amarela	342

Fonte: IBGE, 2010.

Conforme os dados demográficos apresentados na Tabela 02, a seguir, fica evidente que a maior parte da população está em idade economicamente ativa.

Tabela 02: Número de Habitantes por Faixa Etária

Faixa Etária	Homens	Mulheres	Total
0 - 9	7.353	6.769	14.122
10 - 19	8.787	8.531	17.318
20 - 29	8.081	8.589	16.670
30 - 49	11.579	12.442	24.021
50 - 69	5.165	5.976	11.141
> 70	1.531	2.164	3.695
TOTAL GERAL	42.496	44.501	86.967

Fonte: IBGE, 2010.

Conforme o Censo do IBGE de 2010, o IDHM de Itabaiana é considerado médio, porém, assim como Areia Branca, existe uma perspectiva de crescimento ao se comparar com os dados de 1991 e 2000.

Quadro 17: Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

ANO	IDHM
1991	0,399
2000	0,481
2010	0,642

Fonte: IBGE, 2010.

4.2.7 Perfil da Saúde

Em Itabaiana, os serviços de saúde são oferecidos tanto pela rede privada como pela rede pública municipal e estadual, que administram clínicas de saúde geral e unidades de atendimento médico especializado, postos de saúde, unidades administrativas e fiscalizadoras e hospitais de urgência e emergência.

O principal equipamento de saúde é o Hospital Regional de Itabaiana, sob responsabilidade do estado, atende não só os municípios, devido a sua abrangência na mesorregião do agreste sergipano, sendo programado para atender a população dos municípios de Areia Branca, Campo do Brito, Carira, Frei Paulo, Itabaiana, Macambira, Malhador, Pedra Mole, Pinhão, Ribeirópolis e São Domingos.

Doenças de veiculação hídricas associadas a falta de saneamento: o uso inadequado da água associado a falta de saneamento básico, tratamento deficiente ou contaminação por dejetos, efluentes e esgotos domésticos, agrícolas e industriais lançados em rios, córregos, açudes e dentre outras fontes de recursos hídricos, pode constitui-se como vetores para propagação de enfermidades como diarreias, Cólera, Hepatite A, febre, Dengue, Chikungunya, dentre outras. Conforme dados da Secretaria da Saúde de Itabaiana, as principais doenças de veiculação hídricas registradas na população foram a Dengue, Chikungunya, diarreia, verminoses e Hepatite A, além da Covid-19, que necessita da água no processo de higienização individual e espaços públicos.

4.2.8 Perfil da Educação

O sistema educacional presente no município é composto por todos os níveis de ensino, desde a educação infantil até a pós-graduação *stricto sensu*. A rede pública atua em todos os níveis de ensino, sendo o município responsável pelas instituições de ensino para educação infantil e ensino fundamental, o estado pelo ensino médio e tecnológico, a federação pelo médio técnico tecnológico e superior através de campus da Universidade Federal de Sergipe e Instituto Federal de Sergipe. A rede privada possui estabelecimentos de ensino em todos os níveis.

Quadro 18: Situação da Educação no Município de Itabaiana/SE

Nível de ensino	Matrículas	Docentes
Educação Infantil	3.948	156
Ensino Fundamental	14.910	721
Ensino Médio	3.294	217

Fonte: IBGE, 2018.

No que se refere à educação, de acordo com o IBGE (2010), a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade chega a 96,4 %. Em relação ao nível de instrução da população do município, 56 % possuem o fundamental incompleto, enquanto 12,2 % possuíam o fundamental completo e médio incompleto, 12,1 % estudaram o ensino médio completo e superior incompleto, e apenas 2,9 % da população cursaram o superior completo. Em números absolutos, verificar no Quadro 19, a seguir.

Quadro 19: População por Nível de Instrução

Nível de Instrução	População
Fundamental incompleto	48.895
Fundamental completo e médio incompleto	10.668
Médio completo e superior incompleto	10.548
Superior completo	2.607

Fonte: IBGE, 2010.

Conforme sistematizado no Quadro 19, é perceptível que o nível de instrução da população é considerado baixo, pois mais da metade da população não possui instrução ou não terminou o ensino fundamental. Sobre o Índice de desenvolvimento da educação básica, em 2017, a média do ensino fundamental nos anos iniciais ficou

estabelecida em 4,6 e nos anos finais de 3,5, abaixo da média estadual de 4,9 e 3,9 respectivamente.

4.2.9 Perfil da Assistência Social

De acordo com dados coletados em visita técnica ao CRAS de Itabaiana, em agosto de 2020, o município registrou no cadastro único:

- 18.143 famílias inseridas no cadastro único;
- 13.145 famílias com o cadastro atualizado nos últimos dois anos;
- 15.521 famílias com renda até ½ salário mínimo;
- 11.291 famílias com renda até ½ salário mínimo com o cadastro atualizado.

No município, havia 9.888 famílias beneficiárias do Bolsa Família no mês de março de 2020, destas, 32.251 pessoas diretamente beneficiadas pelo Programa. Além disso, 94,3 % dos responsáveis familiares eram do sexo feminino.

Em novembro de 2020, o número de pessoas beneficiárias do Programa do Bolsa Família equivalia aproximadamente a 33% da população total, abrangendo 9.815 famílias que, sem o programa, estariam em condição de extrema pobreza. A cobertura do programa foi de 101 % em relação à estimativa de famílias pobres no município. Essa estimativa é calculada com base nos dados mais atuais do Censo Demográfico, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No mês de março de 2020, foram transferidos R\$ 1.451.429,00 às famílias do Programa no seu município, e o benefício médio repassado foi de R\$ 146,79 por família, conforme dados disponibilizados pelo CadÚnico (2020).

O município apresenta a população em situação de extrema pobreza nas diferentes faixas etárias:

Quadro 20: População em situação de extrema pobreza em Itabaiana/SE

Faixa Etária	Número de Pessoas
0 a 4 anos	658
5 a 9 anos	981
10 a 14 anos	1.088
15 a 17 anos	627
18 a 24 anos	724
25 a 34 anos	985
35 a 49 anos	1.266
>50	501

Fonte: IBGE, 2010.

Conforme a folha de pagamento dos beneficiários da Previdência Social dos meses de janeiro a agosto de 2020 e em relação ao Benefício de Prestação Continuada- BPC, o município de Itabaiana/SE apresenta 3.329 beneficiários, sendo 2.412 pessoas com deficiência e 917 pessoas idosas.

Quadro 21: Equipamentos da rede socioassistencial do SUAS em Itabaiana/SE

Equipamentos	Ativos	Preencheram o Censo SUAS 2019
CRAS	2	2
CREAS Municipal	1	1
Unidades de Acolhimento	1	1

Fonte: Ministério da Cidadania, 2020.

4.3 DIAGNÓSTICO DAS FAMÍLIAS BENEFICIADAS EM AMBOS OS MUNICÍPIOS

O programa atenderá 30.981 famílias, o correspondente a uma população estimada de 114.828 habitantes. Números que equivalem à soma das famílias e população residente dos municípios de Itabaiana e Areia Branca. Distribuídas numa área territorial de 485,429 km² como mostra a Tabela 03.

Tabela 03: Número de Famílias na Área de Abrangência do Projeto

Município	Número de Famílias
Itabaiana	26.163
Areia Branca	4.818
Total	30.981

Fonte: IBGE, 2010.

Em relação a situação domiciliar das famílias atendidas pelo projeto, 74,5% estão registradas nas áreas urbanas, enquanto 25,4% possuem domicílio nas zonas rurais. Destaca-se em Itabaiana é um município predominantemente Urbano, por outro lado, Areia Branca é um município predominantemente rural. A Tabela 04, a seguir, apresenta dados absolutos da situação domiciliar das famílias.

Tabela 04: Situação domiciliar das famílias da área de abrangência

Município	Zona Urbana	Zona Rural
Itabaiana	20.743	5.420
Areia Branca	2.352	2.466
Total	23.095	7.886

Fonte: IBGE, 2010.

Em Itabaiana e Areia Branca, a maior parte da população está fora do mercado formal de trabalho, neste caso, o trabalho informal sem registro e carteira assinada é expressivo em ambos os municípios. Com base os dados do IBGE (2018), apenas 18,6% da população itabaianense e 6,2% dos areia-branquenses estão vinculados ao mercado formal, fato que impacta diretamente no rendimento familiar mensal.

Tabela 05: Rendimento Salarial Familiar por Município

Rendimento Salarial	Areia Branca	Itabaiana	Total
Sem rendimento	72	391	463
Até 1/4	127	285	412
Mais de 1/4 a 1/2	99	395	494
Mais de 1/2 a 1	57	319	376
Mais de 1 a 2	5	67	72
Mais de 2 a 3	5	20	25
Mais de 3 a 5	6	27	33
Total	370	1.503	1873

Fonte: IBGE, 2010.

O trabalho informal, ou sem registro profissional na área de abrangência, se realiza principalmente no comércio ambulante, nos mercados e feiras livres nas sedes municipais de Areia Branca e Itabaiana. No campo, o trabalho informal ocorre por meio da realização de práticas produtivas para produção e distribuição de alimentos, como tubérculos, hortaliças, leguminosas, grãos e a quebra da castanha de caju. O predomínio da rede de economia informal contribui para que a renda das famílias permaneça baixa e um dos reflexos é a situação de extrema pobreza.

Tabela 06: População em situação de extrema pobreza

Município	Quantidade/Habitantes	Percentual (%)
Itabaiana	30.509	35
Areia Branca	7.167	42
Total	37.676	36

Fonte: IBGE, 2010.

Outro espelho da situação de pobreza dos municípios de Itabaiana e Areia Branca é o número de famílias registradas no Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento Social (BRASIL, 2018), para o recebimento de benefícios com foco na distribuição de renda e combate à pobreza, 70 % das famílias areia-branquenses e 69,3% das itabaianenses estão registradas no programa. Enquanto o programa Bolsa Família transfere renda para 47,4% e 41,6% das famílias respectivamente.

Conforme dados repassados pela Companhia de Saneamento de Sergipe DESO, o número de domicílios contemplados pela Tarifa Social na área de abrangência do projeto é 135, o correspondente a 128 domicílios de Itabaiana e 7 domicílios em Areia Branca. Esclarecemos que desde o início da pandemia houve uma redução drástica de imóveis cadastrados na Tarifa Social e atribuímos tal fato especialmente ao fechamento do atendimento presencial por alguns meses.

Apesar de ter sido disponibilizado outros canais de atendimento virtuais, várias famílias deixaram de solicitar a renovação anual do benefício. Informamos ainda que desde o dia 27.10.2020 a Tarifa Social dispõe de novos critérios e procedimentos, estando a renovação da tarifa condicionada ao cumprimento destes.

Em ambos os municípios, identificam-se várias organizações no âmbito da sociedade civil e instituições governamentais que buscam atender os interesses econômicos e melhorar a qualidade de vida da população que reside no campo e nas cidades. Como associações de moradores, agricultores, universitários, pessoas com deficiência e lojistas. Pastoral da Juventude católica e grupo de jovens evangélicos. Além disso, as famílias são atendidas por equipamentos públicos como hospitais, delegacias, postos de saúde, biblioteca, áreas de lazer públicas e áreas comerciais como feiras livres e shopping center.

Em relação às condições habitacionais, observa-se que as famílias que residem no centro das sedes municipais são contempladas com maior infraestrutura das vias, serviços públicos e privados e comércio. Enquanto as famílias que residem nas áreas periféricas da sede municipal e zonas rurais, convivem com problemas de saneamento e ausência de serviços essenciais como transporte e lazer.

5 JUSTIFICATIVA

O Governo Federal, através da Caixa Econômica Federal, financia parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) cujo direcionamento e a base de construção do Trabalho Social estão contidos na Portaria nº 464, de 25 de julho de 2018, do Ministério das Cidades, que dispõe sobre Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades.

O Trabalho Social inclui as intervenções de habitação e saneamento básico sendo, portanto:

“Um conjunto de estratégias, processos e ações realizados a partir de estudos diagnósticos integrados e participativos do território compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político institucional do território e da população beneficiária.” (BRASIL, 2018).

Como preponente/executor, a DESO ao cumprir a citada portaria, sobretudo com relação ao conjunto de estratégias do arcabouço do Trabalho Social, solidifica seu papel conforme determina o art. 13 inciso III da lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), quando determina que as empresas públicas desenvolvam práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente em parceria com escolas, universidades e as organizações não-governamentais (BRASIL, 1999).

Neste sentido, não se analisa às questões socioambientais sem que se faça reflexões mais aprofundadas sobre a forma como o homem se apropriou da natureza ao longo dos anos.

Considerando que o modo de produção vigente se baseia no individualismo e na exploração da natureza e do homem, torna-se crucial que as questões sociais, consequências deste sistema, sejam repensadas coletivamente. Neste sentido, a prática de transformação social é um processo de mobilização organizada realizada através de um profundo ato político educativo.

A participação possibilitará aos comunitários apropriarem-se do conhecimento sobre as causas primárias das problemáticas geradas pelo sistema capitalista e seus reflexos dentro das comunidades.

Os atores comunitários ao compreenderem que as relações sociais são determinadas por um contexto histórico permitem-se organizar práticas sociais

reivindicatórias em prol da coletividade. Ao refletirem sobre as realidades desiguais, os indivíduos notam que estas foram construídas socialmente e percebem que a participação constitui uma força desestabilizadora, que pode levar a outro tipo de sociedade. Deste modo, evidenciamos as reflexões de Freire:

“A pessoa conscientizada é capaz de perceber claramente, sem dificuldades, a fome como algo mais do que seu organismo sente por não comer, a fome como expressão de uma realidade política, econômica, social, de profunda injustiça” (FREIRE, 1999, p.225).

A educação, portanto, deve ser pautada numa visão crítica da realidade que estimula a participação política dos grupos sociais inferiorizados na busca pela transformação das condições opressivas de sua existência social. Seus instrumentos teórico-práticos devem ser utilizados em função do fortalecimento do poder de intervenção das camadas populares, colaborando com a elevação da consciência crítica, reconhecendo sua condição de classe, capacitando-a a uma ação transformadora.

Tendo por premissa que o Trabalho Social fundamenta-se nos princípios da participação comunitária, sustentabilidade dos empreendimentos e preservação ambiental conforme a Portaria nº 464, de 25 de julho de 2018, do Ministério das Cidades, torna-se imprescindível que a metodologia empregada na sua execução busque trabalhar questões que permitam aos sujeitos envolvidos perceberem-se como sujeitos de sua própria história, auxiliando-os na estruturação de processos organizativos pertinentes à sua realidade, portanto a mudança social é um processo de mobilização organizada, e para ser organizado preciso de um profundo ato educativo.

Os atores comunitários ao repensarem criticamente sobre sua realidade promovem rupturas e tensões que permitem a eles compreenderem as determinações das relações sociais que acontecem no contexto da comunidade, e ao mesmo tempo, em que permitem organizar práticas sociais reivindicatórias entre sujeito e coletividade.

No vislumbre desta perspectiva de educação, compreende-se que os preceitos da educação ambiental crítica, trarão relevantes contribuições teórico-metodológicas a este Trabalho Social, na medida em que seus preceitos se pautam num

entendimento mais amplo do exercício da participação social, como prática indispensável à democracia e a emancipação socioambiental.

A perspectiva crítica da Educação Ambiental está prevista na Política Nacional de Educação Ambiental, especialmente no Art. 5º inciso III que estabelece “o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social” (BRASIL, 1999, art. 5), como um dos objetivos fundamentais da Educação Ambiental.

Neste sentido, o objetivo da Educação Ambiental Crítica ao ser aplicado dentro das comunidades, enquanto prática educativa é fortalecer a organização comunitária gerando alternativas de soluções às principais problemáticas locais, incluindo questões sociais relacionadas à saúde, educação, meio ambiente, saneamento básico, etc.

Surgindo, portanto, como uma proposta crítica reflexiva em relação à Educação Ambiental Conservadora, pois nesta última as temáticas do meio ambiente são abordadas sobre a ótica da mudança de comportamento pessoal e moral, não fazendo uma análise mais profunda sobre as causas dos problemas ambientais, portanto não se permitindo uma mobilização coletiva capaz de modificar os espaços e as políticas públicas que podem desacelerar ou até mesmo reverter os processos ambientais destrutivos de grande porte.

Em contrapartida a Educação Ambiental Crítica pode propiciar o desenvolvimento de um posicionamento crítico tornando os sujeitos envolvidos em cidadãos capazes de rediscutir valores existentes em sua realidade, que em sua maioria são impostos pela cultura vigente propondo alternativas aos problemas, incentivando a participação popular e o protagonismo social.

Desta feita, a concepção de cidadania torna-se fundamental para a construção de um novo modelo de sociedade ambientalmente sustentável, dentro de uma perspectiva mais crítica de reflexão das relações sociais desiguais. Logo, a superação do atual estado de degradação da vida em todos os seus aspectos não se resolverá apenas com mudanças comportamentais, mas mudanças subjetivas atreladas às mudanças objetivas das relações de classe que definem tal estado de apropriação por expropriação e de produção destrutiva.

A ação educativa emancipatória visa apoiar e estimular a manifestação de indivíduos e grupos na transmissão e recriação do patrimônio cultural. Objetiva também, e primordialmente, vincular o processo educativo às práticas políticas e econômicas. A participação não pode ser sinônimo de colaboração hierarquizada, mas construção coletiva, exercício igualitário na definição das relações de poder e das responsabilidades diante da vida em sociedade (ARAÚJO; SANTOS; SILVA, 2012, p. 57-58).

Apesar do tipo de enfrentamento que a Educação Ambiental Crítica exige, sobretudo quando se observa os interesses antagônicos e os tensionamentos e conflitos existentes entre as forças sociais que se expressam institucionalmente e na prática, ela é extremamente válida, na medida em que busca, em última escala, a transformação da realidade socioambiental que ameaça fortemente a sobrevivência das futuras gerações no planeta.

Portanto, a perspectiva é que a inserção do acervo teórico-metodológico da Educação Ambiental Crítica nas comunidades de Areia Branca e Itabaiana mediante a execução do Trabalho Social promova uma reflexão coletiva capaz de mobilizar seus moradores na busca de soluções que amenizem ou resolvam as questões socioambientais de ambos os municípios.

6 OBJETIVOS

6.1 OBJETIVO GERAL

Identificar os problemas socioambientais dos municípios, mitigando-os através do fortalecimento da participação social, incentivando a apropriação dos serviços instalados a partir da obra em questão e melhorias nas condições de vida da população beneficiada.

6.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Promover a participação das comunidades nas ações do PTS utilizando as ferramentas da Educação Ambiental Crítica e do Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador (DRPE);
- Identificar as lideranças locais, bem como as entidades sociais e comunitárias atuantes, para estimular a adesão dos comunitários ao Trabalho Social nas localidades;
- Firmar parcerias com instituições locais objetivando suporte à execução do PTS e ao PDST das localidades beneficiadas pela obra;
- Promover junto às equipes de trabalho (contratada, engenharia e de monitoramento) alinhamento teórico metodológico das ações do PTS nas comunidades;
- Realizar o acolhimento e encaminhamento das manifestações da comunidade referente às obras, a fim de minimizar seus impactos;
- Promover o acompanhamento da execução das atividades através da aplicação de ferramentas técnico-operativas;
- Mobilizar os beneficiários esclarecendo-os acerca da importância da preservação ambiental como fator imprescindível à saúde e à melhoria da qualidade de vida;
- Enfatizar a importância da obra de ampliação do sistema de abastecimento de água para as comunidades;
- Fomentar a reflexão sobre os fatores sociais, políticos, culturais e econômicos que influenciam sua realidade;
- Estimular reflexões sobre as possíveis ações a serem empregadas para solucionar as principais problemáticas socioambientais vivenciadas pelas comunidades;
- Fomentar processos de inclusão produtiva coerente com o potencial econômico, respeitando as escolhas da população beneficiada e suas características culturais;
- Mapear as doenças de veiculação hídrica e agravos relacionados à falta de saneamento;
- Elaborar o Diagnóstico Socioterritorial;
- Elaborar e entregar o Plano de Desenvolvimento Socioterritorial (PDST).

7 METODOLOGIA

O desenvolvimento das atividades deste PTS terá como base os pressupostos teóricos metodológicos da Educação Ambiental Crítica utilizando como ferramenta o Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador. A intenção é estimular a participação social e cidadania com vistas à elaboração do Diagnóstico Socioterritorial e PDST que têm como meta amenizar/solucionar as problemáticas socioambientais dos referidos municípios.

A interação entre a equipe contratada e os comunitários é fundamental, desta interação resultará a ordem de prioridades dos problemas socioambientais e suas possíveis soluções, espera-se que a consciencialização crítica dos agentes implicados nestas ações corrobore para uma tomada de decisão coletiva sobre a realidade a ser enfrentada e a importância da preservação ambiental para o abastecimento de água.

A Portaria nº 464, de 25 de julho de 2018, do Ministério das Cidades, contém diversas atividades que estão relacionadas a eixos de ações que buscam a participação social e o fomento de uma cultura de preservação socioambiental nas regiões e macrorregiões atingidas pelo trabalho social, assim, contemplam-se os eixos: Mobilização, organização e fortalecimento social; Acompanhamento e gestão social da intervenção; Educação ambiental, patrimonial e desenvolvimento socioeconômico. Tais ações, baseadas nos processos de Educação Ambiental Crítica, contribuirão para a ampliação do conhecimento da comunidade acerca do saneamento ambiental e sustentabilidade da intervenção, articulando políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento socioeconômico.

Para tanto, os temas serão abordados de diversas maneiras utilizando metodologias participativas, entre elas o Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador (DRPE) que é uma metodologia que permite o levantamento de informações e conhecimentos da realidade da comunidade ou instituições, de forma que os atores locais participem do processo de forma rápida e simples. O diagnóstico se determina “rápido” porque pretende, em pouco tempo, reunir e sistematizar informações sobre a realidade diagnosticada, não significando, porém, superficialidade de informação de análises. O DRPE estimula a reflexão das pessoas sobre sua realidade, a consciencialização sobre as causas radicais de seus problemas e as capacita a ação transformadora, levando-as a uma reflexão crítica da realidade.

O diagnóstico é considerado participativo, porque possibilita aos grupos tornarem-se parte, expressarem visões, falarem e refletirem sobre sua realidade, experiências, conhecimentos, expectativas, desejos e necessidades mais imediatas, ajudando a construir um plano de ação mais próximo da realidade vivenciada e das necessidades prioritárias, além de propiciar a interação e o intercâmbio de saberes.

Através do processo investigativo participativo sobre a comunidade será possível elaborar o Diagnóstico Socioterritorial e o PDST, que catalogará, junto à população beneficiada, ações que promovam a Educação Ambiental aliada ao desenvolvimento local com propostas que propiciem a geração de renda, fortalecendo economicamente a região com a disseminação de práticas preventivas e de conservação.

As técnicas de DRPE buscam problematizar a realidade local, remetendo os problemas identificados às realidades causais mais amplas, respeitando, no entanto, os valores da cultura local, refazendo a trajetória histórica e a situação atual dos municípios a partir da interação entre as pessoas; identificar limites e potencialidades (infraestrutura social; produção; mercado, meio ambiente; organização, etc), estabelecendo as prioridades, avaliando as ações que poderiam ser realizadas e aquelas que caberiam às instituições; elaborar um planejamento inicial das ações a serem empreendidas para enfrentar os principais problemas diagnosticados.

A execução das ações deste projeto será realizada por empresa contratada prestadora de serviços com experiência em Trabalho Social devidamente comprovada, mediante processo licitatório, sob o monitoramento da equipe da Coordenação de Projetos Sociais (CPSO).

Sugere-se que as principais ações deste PTS ocorram no bairro Lagoa Seca no município de Areia Branca e nos bairros Marianga, Oviedo Teixeira e Miguel Teles de Mendonça situados em Itabaiana. Tal escolha justifica-se por serem os locais mais atingidos pelos transtornos ocasionados pela obra nos municípios.

Considerando o contexto da área de intervenção e os normativos do Trabalho Social, as ações serão desenvolvidas, a partir dos 04 eixos básicos, preconizados na Portaria nº 464, de 25 de julho de 2018, do Ministério das Cidades. Relaciona-se no Quadro 22, abaixo as ações deste projeto:

Quadro 22: Ações do PTS por Eixo

EIXO	OBJETIVOS	AÇÕES
I Mobilização, organização e fortalecimento social	1. Promover a participação das comunidades nas ações do Projeto de Trabalho Social (PTS) utilizando as ferramentas da Educação Ambiental Crítica e do Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador (DRPE); 2. Investigar as potencialidades e problemáticas socioambientais das localidades; 3. Identificar as lideranças locais, bem como as entidades sociais e comunitárias atuantes, para estimular a adesão dos comunitários ao Trabalho Social nas localidades; 4. Firmar parcerias com instituições locais objetivando suporte à execução do PTS e ao Desenvolvimento Socioterritorial (PDST) das localidades beneficiadas pela obra.	- Visitas institucionais; - Visitas domiciliares; - Apresentação do PTS às instituições públicas/privadas e organizações da sociedade civil; - Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador; - Elaboração do Diagnóstico Socioterritorial; - Distribuição da Cartilha do Diagnóstico Socioterritorial.
II Acompanhamento e gestão social da intervenção	5. Promover junto às equipes de trabalho (contratada, engenharia e de monitoramento) alinhamento teórico metodológico das ações do PTS nas comunidades; 6. Realizar o acolhimento e encaminhamento das manifestações da comunidade referente às obras, a fim de minimizar seus impactos; 7. Promover o acompanhamento da execução das atividades através da aplicação de ferramentas técnico- operativas.	- Plantão Social; - Apresentação do PTS à equipe técnica contratada; - Planejamento mensal das ações do PTS; - Reuniões de monitoramento da execução do PTS; - Elaboração de relatórios mensais de atividades do Trabalho Social.
III Educação ambiental e patrimonial	8. Mobilizar os beneficiários esclarecendo-os acerca da importância da preservação ambiental como fator imprescindível à saúde e à melhoria da qualidade de vida; 9. Enfatizar a importância da obra de ampliação do sistema de abastecimento de água para as comunidades; 10. Fomentar a reflexão sobre os fatores sociais, políticos, culturais e econômicos que influenciam sua realidade.	- Reuniões Comunitárias; - Oficinas Sequenciadas de Educação Ambiental Crítica nas Escolas "Guardiões do Meio Ambiente".
IV Desenvolvimento socioeconômico	11. Estimular reflexões sobre as possíveis ações a serem empregadas para solucionar as principais problemáticas socioambientais vivenciadas pelas comunidades; 12. Fomentar processos de inclusão produtiva coerente com o potencial econômico, respeitando as escolhas da população beneficiada e suas características culturais; 13. Elaborar um Plano de Desenvolvimento Socioterritorial (PDST).	- Curso de montagem e manutenção de computadores - município de Itabaiana; - Curso de trançista/penteados afro-brasileiros no município de Areia Branca; - Reuniões de monitoramento da elaboração do PDST; - Elaboração do PDST.

Fonte: Elaboração própria, 2020.

7.1 DESCRIÇÃO DAS AÇÕES

Reforça-se que as ações aqui referendadas poderão ser flexibilizadas considerando a conjuntura da comunidade no momento da realização do projeto e a percepção dos profissionais envolvidos no processo.

Neste sentido, em situações de afastamento social compulsório, em virtude de possíveis pandemias, há previsibilidade de atividades tanto presenciais quanto remotas para que assim atendamos as normas de Vigilância Sanitária e legislação pertinente.

A) APRESENTAÇÃO DO PTS A EQUIPE TÉCNICA CONTRATADA

Quadro 23: Apresentação do PTS a Equipe Técnica Contratada

Objetivo da Atividade	Apresentar, discutir e orientar a condução da execução do PTS.
Local de Realização	DESO/Sede
Participantes	Equipe técnica contratada (Coordenadora do PTS, assistente social e profissional de Educação Ambiental Crítica), equipe de monitoramento da CPSO/DESO, profissionais da DMAE/GESA e de engenharia da obra.
Quantidade de Participantes	Aproximadamente 20 profissionais.
Método e Técnica	Esta ação acontecerá sob a responsabilidade da CPSO/DESO e destina-se especialmente equipe técnica contratada. Na apresentação do PTS serão abordados os objetivos do trabalho, os critérios adotados para a sua execução e as responsabilidades envolvidas, configurando-se uma oportunidade para o esclarecimento de dúvidas e alinhamento das ações a serem realizadas. A equipe CPSO será responsável pela apresentação do PTS e organização do espaço. Em caso de possíveis pandemias, deverão ser respeitadas as normas de biossegurança da Vigilância Sanitária e legislação pertinente.
Período e Carga Horária	Acontecerá no 1º mês de execução com carga horária de 3 horas.
Indicadores de Resultados/Metas	Compreensão dos objetivos e o referencial teórico-metodológico adotado para implantação e implementação das ações nos municípios. A meta a ser alcançada é 100% da equipe técnica contratada, equipe de monitoramento da CPSO/DESO e parte da equipe de engenharia da obra.
Recursos Humanos	Profissionais da CPSO (equipe de monitoramento).
Avaliação	Resumo descritivo com respectiva ata, memória de cálculo, registro fotográfico e lista de presença que comporão o relatório mensal.

B) PLANTÃO SOCIAL

Quadro 24: Plantão Social

Objetivo da Atividade	Assistir os moradores em suas considerações e/ou reclamações acerca da obra de Ampliação do Sistema de Abastecimento Integrado do Agreste no município de Itabaiana.
Local de Realização	Acontecerá no município de Itabaiana. Ao escolher o local para a realização do Plantão, a contratada deverá considerar aquele de maior fluxo de pessoas e ser de fácil acesso para a população beneficiada.
Quantitativo Mensal	8 plantões
Participantes	Principalmente o público dos bairros atingidos pelas intervenções físicas da obra, possíveis causadoras de transtornos.
Quantidade de Participantes	Estima-se o atendimento de aproximadamente 100 participantes ao longo da execução do PTS, considerando o baixo impacto da intervenção física da obra no município de Itabaiana.

Método e Técnica	O Plantão social ocorrerá no município de Itabaiana em um espaço adequado, deve ser de fácil acesso e estar de acordo com as normas de acessibilidade, segurança, climatização com ar-condicionado, disponibilização de mobiliário como: cadeira adequada para o profissional no atendimento, assentos, de no mínimo 3 lugares, para acomodação do público. Considerando o advento da Pandemia do Coronavírus, a empresa contratada deverá respeitar as normas de biossegurança da Vigilância Sanitária legislação pertinente. O plantão deve ser realizado no próprio escritório alugado pela empresa cuja sede será em Itabaiana, conforme disposto em planilha. Esta atividade será executada pelo assistente social que atenderá os usuários em suas queixas e solicitações de esclarecimentos, consolidando-os e repassando para a coordenação do PTS. Na oportunidade o profissional deverá apresentar o PTS e a finalidade das obras de abastecimento de água. As demandas que requerem soluções urgentes serão relatadas imediatamente para a equipe CPSO através do telefone (79) 3226-1220 a depender do caso, o assistente social enviará para o e-mail cpso@deso-se.com.br os relatos descritivos dos casos para registro e consolidação das providências. O Plantão Social deverá funcionar até o final do 1º mês de execução do PTS, para que isso ocorra em tempo hábil a equipe contratada, assim que assinar o contrato, providenciará a sua instalação.
Período e Carga Horária	Ocorrerá do 1º ao 6º mês de atuação do PTS. O assistente social atuará 2 dias na semana, num total de 8 plantões/mês com carga horária de 12 horas semanais, sendo 64 horas por mês, num total de 384 horas se considerarmos os 6 meses de execução do projeto. A depender da necessidade da comunidade o quantitativo de dias e o período do dia poderão ser modificados (com observância e limitação da carga horária do profissional), mas sempre com a anuência da equipe de monitoramento. A escolha de quais dias e períodos acontecerão os plantões será de acordo com a necessidade do público-alvo e deverá ter a anuência da equipe de monitoramento.
Indicadores de Resultados/Metas	Melhora na prestação dos serviços à comunidade objetivando a resolução de problemas relativos à obra e alcance dos objetivos propostos pelo PTS. A meta a ser alcançada é 100% do público que necessitar deste tipo de atendimento.
Recursos Humanos	Assistente Social
Serviços de Terceiros	Criação de arte/layout e impressão de Folder em papel couché 115g, 2 dobras, tamanho 300x210 mm (abastecimento de água); Criação de arte/layout e impressão de Folder em papel couché 115g, 2 dobras, tamanho 300x210 mm (sobre Projeto de Trabalho Social); Criação de arte/layout e impressão de Banner horizontal, em lona, 450g, impressão em plotagem, em policromia digital com fixador de alça estandarte, acabamento em bainha com barra em madeira cilíndrica, tamanho 120 x 100 cm; Produção de áudio para Carro de Som com duração de 30 seg; Carro de som.
Avaliação	Resumo descritivo com respectiva memória de cálculo, registro fotográfico e lista de presença que comporão o relatório mensal.

C) VISITAS INSTITUCIONAIS

Quadro 25: Visitas Institucionais

Objetivo da Atividade	Promover interlocução com a rede de serviços de ambos os municípios, constituindo parcerias para o desenvolvimento do PTS, bem como o levantamento de dados (mapeamento das localidades) para a elaboração do Diagnóstico Socioterritorial e PDST.
Local de Realização	As visitas serão distribuídas entre as instituições públicas e privadas, associações, organizações não governamentais, entre outras, de ambos os municípios.
Quantitativo	Serão 24 visitas distribuídas entre os municípios levando em consideração as necessidades da execução do PTS em ambas localidades.
Participantes	Representantes das instituições públicas e privadas, associações, organizações não governamentais, etc.
Quantidade de Participantes	Variável. Dependerá do número concreto de lideranças e representantes de órgãos e instituições entrevistados.
Método e Técnica	A intenção é aproximar a equipe técnica da realidade local, identificando as organizações da sociedade civil e os equipamentos comunitários disponíveis na área e micro área em que ocorrerão as ações do PTS, visando a composição do Diagnóstico Socioterritorial, atentando para as vulnerabilidades e potencialidades da região. As visitas serão realizadas em diversas instituições dos municípios, identificando os responsáveis pelas instituições e organizações locais e as lideranças populares, sobretudo para a formação dos grupos do Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador – DRPE, realizando paralelamente o mapeamento dos municípios, buscando informações sobre a região fundamentais a composição do Diagnóstico Socioterritorial imprescindíveis à elaboração do PDST. Ocorrerão sob a responsabilidade do coordenador do projeto com o suporte do assistente social. Deverá ser levada em consideração a parceria com as escolas visando à realização das Oficinas Sequenciadas de Educação Ambiental. Intuindo levantamento de dados junto as instituições e lideranças comunitárias, a equipe social utilizar-se-á de um formulário cujo modelo será fornecido pela equipe de monitoramento. Este modelo deve ser revisto, pela equipe social, observando a peculiaridade de cada instituição. O formulário final deverá ser aprovado pela CPSO. Recomenda-se que a cada localidade visitada a equipe contratada confeccione uma agenda contendo os números dos telefones celulares ou e-mails dos entrevistados caso se faça necessário a realização de reuniões remotas.
Período e Carga Horária	Ocorrerá do 1º ao 4º mês de atuação do PTS. No 1º mês, com o intuito de mapear as cidades e consolidar parcerias, ocorrerão inicialmente 14 visitas (distribuídas em ambos os municípios) e nos 3 meses seguintes serão executadas 10 visitas mensais, distribuídas conforme cronograma. Cada visita terá a duração 1 hora.
Indicadores de Resultados/Metas	Mapeamento das instituições e lideranças dos municípios; Estabelecimento de parcerias para consolidar locais onde poderão ser realizadas as atividades do PTS, sobretudo parceria com as Secretarias de Educação dos municípios para a realização das Oficinas de Educação Ambiental. A meta a ser alcançada é 80% das instituições públicas e privadas, associações, organizações não governamentais, entre outras, de ambos os municípios.
Recursos Humanos	Coordenador do PTS - Assistente Social
Serviços de Terceiros	Criação de arte/layout e impressão de Folder em papel couché 115g, 2 dobras, tamanho 30x20cm (abastecimento de água); Criação de arte/layout e impressão de Folder em papel couché 115g, 2 dobras, tamanho 30x20cm (sobre Projeto de Trabalho Social).
Avaliação	Resumo descritivo com respectiva memória de cálculo e registro fotográfico.

D) APRESENTAÇÃO DO PTS AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS/PRIVADAS E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Quadro 26: Apresentação do PTS as Instituições e Organizações

Objetivo da Atividade	Dar visibilidade ao PTS facilitando sua aceitação por parte das comunidades.
Local de Realização	Presencial: em locais de ambos os municípios que seja de fácil acesso à população. Virtual: Na hipótese de pandemia, com obrigatoriedade de afastamento social, será empregada reunião remota, direcionada a cada uma das comunidades.
Participantes	Lideranças comunitárias e representantes legais dos órgãos e instituições de ambos os municípios.
Método e Técnica	Será realizada 1 reunião no município de Itabaiana. Tal reunião poderá ocorrer presencialmente ou remotamente: Presencial: Acontecerá em espaço público acessado facilmente pela população beneficiada. A empresa contratada deverá disponibilizar lanche para os participantes. Remota: Reunião remota se define como uma convenção realizada para que as pessoas tomem decisões, conheçam algo, apresentem ideias, colaborem criativamente entre si, debatam, discutam, comemorem e planejem. Supondo um contexto de pandemia, com obrigatoriedade de afastamento social, esta ferramenta deverá ser utilizada como opção para que as atividades concernentes ao PTS continuem sendo executadas. A diferença de uma reunião remota é que nem todos estão no mesmo espaço físico. Em vez disso, as pessoas estão conectadas ao vivo por meio de uma sala de reunião online. Existem atualmente algumas ferramentas digitais que podem ser utilizadas para este tipo de evento. Neste sentido, solicita-se o uso de uma internet rápida para que as reuniões aconteçam sem problemas técnicos. As melhores reuniões remotas incluem três itens essenciais: conexão, colaboração e <i>feedback</i>. Importante disponibilizar uma lista de frequência e <i>chat</i>. É importante que antecipadamente, seja compartilhada uma agenda com aqueles que participarão, para que todos possam se preparar. Para que estas reuniões aconteçam será necessário que os profissionais envolvidos nas visitas institucionais crie uma lista de contatos contendo os telefones celulares do público-alvo, ela servirá tanto para enviar convites, para a transmissão das reuniões <i>on-line</i>, quanto para sua publicização. Independentemente de serem gravadas ou não, esta atividade deverá contar com um mediador e um relator (a ser definido pelo coordenador do PTS), que será responsável por anotar os pontos mais relevantes abordados durante as conferências. Para melhor desempenho desta ação <i>on-line</i>, ela terá a participação de um técnico em informática. Intui-se com estas reuniões, presencial ou remota, mobilizar os municípios e suas instituições em prol da visibilidade e viabilidade do PTS, facilitando sua aceitação por parte das comunidades. A apresentação deve ser sucinta, abordando os impactos da obra de engenharia, as principais ações, objetivos do PTS e suas contribuições para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos municípios e quais as demandas do projeto que necessitam de apoio das instituições. Após a apresentação, deve-se abrir espaço para os principais questionamentos dos representantes e líderes. Esta ação visa promover em última instância “o fortalecimento das organizações, a constituição e formalização de novos representações e novos canais de participação e controle social.” Portaria nº 464, de 25 de julho de 2018, do Ministério das Cidades. Reforçando que a inexistência do apoio/parceria destas instituições poderá inviabilizar o projeto. Toda programação deste evento deverá ter a anuência da equipe de monitoramento.
Quantidade de Participantes	50 participantes no município de Itabaiana; 4 representantes da equipe de monitoramento CPSO/DESO; 2 representantes da equipe de engenharia.

Período e Carga Horária	Acontecerá no 20º dia do 1º mês de execução do PTS. Terá carga horária de 3 horas, 2 horas para reunião, e 1 hora para deslocamento dos profissionais envolvidos, tanto nas reuniões presenciais quanto <i>on-line</i> . Recomenda-se que imediatamente após a assinatura do contrato, a equipe social inicie o reconhecimento dos municípios para que assim consigam cumprir o citado prazo.
Indicadores de Resultados/Metas	Melhoramento da Interlocução com órgãos/instituições durante às visitas; Aceitação do PTS e apoio a mobilização das instituições em prol da sua execução; Estabelecimento de parcerias; Celeridade na execução do mapeamento dos municípios; A meta a ser alcançada é 80% das citadas instituições/órgãos e lideranças comunitárias de ambos os municípios.
Recursos Humanos	Coordenador do PTS; Assistente social; Profissional em Educação Ambiental Crítica; Técnico em Informática (somente para modalidade reunião remota).
Serviços de terceiros	Criação de arte/layout e impressão de Folder em papel couché 115g, 2 dobras, tamanho 30x20cm, sobre o Projeto de Trabalho Social – PTS; Criação de arte/layout e impressão de Folder em papel couché 115g, 2 dobras, tamanho 30x20cm (abastecimento de água); Criação de arte/layout e impressão de Banner horizontal, em lona, 450g, impressão em plotagem, em policromia digital com fixador de alça estandarte, acabamento em bainha com barra em madeira cilíndrica, tamanho 120 x 100 cm; Lanche para 50 pessoas.
Avaliação	Nas reuniões presenciais deverá ser repassada lista de presença dos participantes e na hipótese de reuniões remotas a lista no formato <i>google forms</i> será obrigatoriamente disponibilizada durante sua execução. Demais evidências: registro fotográfico e resumo descritivo da atividade com respectiva memória de cálculo para composição do RATS.

E) VISITAS DOMICILIARES

Quadro 27: Visitas Domiciliares

Objetivos da Atividade	Promover levantamento de dados junto à população beneficiária identificando os aspectos socioambientais, culturais, fisicoterritoriais, político-institucionais, potencialidades e problemas sociais.
Local de Realização	Nos logradouros dos municípios de Areia Branca e Itabaiana. O mapeamento das ruas deverá ser entregue pela equipe CPSO com indicativo dos domicílios a serem visitados.
Quantitativo	Serão 1.057 visitas.
Participantes	População dos municípios de Areia Branca e Itabaiana.
Método e Técnica	Esta atividade visa coletar, junto aos moradores dos municípios, informações acerca dos aspectos socioambientais, culturais, fisicoterritoriais, político-institucionais, potencialidades e problemas sociais cuja consolidação dos dados objetiva à elaboração do Diagnóstico Socioterritorial e PDST, bem como informações para o mapeamento das doenças de veiculação hídrica. Na oportunidade haverá entrega de material gráfico educativo e informativo a respeito das obras e das ações do PTS. Além da coleta de dados, as visitas também objetivam mobilizar a comunidade com vistas à participação social para apropriação do serviço implantado e melhoria da qualidade de vida local. O modelo de questionário utilizado para a coleta de dados será fornecido pela equipe de monitoramento e deverá ser revisto pela equipe social que o aprimorará de acordo com a necessidade dos municípios. O questionário final terá obrigatoriamente a anuência da monitoria. A amostra e o número de questionários foram definidos com base no seguinte modelo matemático ¹ :

¹Cálculo automático em: <https://pt.surveymonkey.com/mp/sample-size-calculator/>

Método e Técnica	$\text{Tamanho da amostra} = \frac{\frac{z^2 \times p(1-p)}{e^2}}{1 + \left(\frac{z^2 \times p(1-p)}{e^2 N} \right)}$ N = tamanho da população e = margem de erro (porcentagem no formato decimal) Z = escore z Para o cálculo da amostra utilizou-se os dados populacionais correspondente a soma dos municípios de Areia Branca e Itabaiana 110.828 (IBGE, 2010), sob uma margem de erro de 3% e margem de confiança de 95%. O cálculo definiu a amostra de 1.057 questionários a serem aplicados. Conforme proporcionalidade 83% (877) devem ser aplicados em Itabaiana e 17% (180) em Areia Branca. O quantitativo dos questionários (1.057) deverão ser aplicados de forma presencial por meio das visitas domiciliares. O questionário deverá ser revisado pela equipe contratada logo no primeiro mês de execução do projeto, propostas de alteração poderão ser sugeridas a equipe de monitoramento, isso deverá ocorrer antes da impressão dos 1.057 questionários que acontecerá a cargo da contratada. Para complementar a amostra da pesquisa, a empresa contratada deverá disponibilizar para a população o questionário em meio virtual, via <i>google forms</i>, devendo ser compartilhado pelo site oficial da DESO e empresa contratada. Segundo cronograma, os questionários deverão ser preenchidos do 2º ao 3º mês de execução do PTS, ao final de cada mês, a empresa contratada apresentará 529 e 528 questionários respondidos respectivamente, completando assim o total de 1.057. A consolidação das visitas domiciliares deve compor o Relatório Mensal de Acompanhamento do PTS (RATS) e subsidiará a elaboração do Diagnóstico Socioterritorial e PDST. As visitas e preenchimento dos questionários serão de responsabilidade dos agentes de coletas de dados. Na hipótese das residências encontrarem-se fechadas, a contratada efetuará o repasse desses imóveis em horários alternativos, inclusive finais de semana e feriados, vez que, em horário comercial, muitas casas estarão fechadas em função do horário de trabalho dos moradores. As demandas identificadas nas visitas que necessitem de soluções urgentes serão relatadas imediatamente para a equipe CPSO através do telefone (79) 3226-1220 a depender do caso, a coordenação do projeto enviará para o e-mail da CPSO cpso@deso-se.com.br os relatos descritivos dos casos para registro e consolidação das providências.
Período e Carga Horária	Ocorrerá do 2º ao 3º mês de atuação do PTS e serão executadas pelos 2 agentes de coletas de dados que perfarão carga horária de 30 minutos por visita. O profissional em Estatística dedicará 2 horas para elaborar o planejamento desta atividade. O Coordenador disponibilizará 2 horas por semana para acompanhamento e organização desta atividade conforme planejamento de execução elaborado pelo profissional em Estatística.
Indicadores de Resultados/Metas	Mapeamento e conhecimento por parte da equipe contratada de quem são os moradores; Identificação dos aspectos socioambiental dos municípios; Conhecimento, por parte dos moradores, a respeito da obra e do PTS nos municípios; O acompanhamento e acolhimento das famílias beneficiadas referente às demandas oriundas da obra, do PTS e da premência de orientações inerentes ao exercício da cidadania; A meta a ser alcançada e a entrega mensal de 529/528 questionários preenchidos conforme descrito acima.
Recursos Humanos	Coordenador do PTS; Profissional em Estatística; Agente de Coleta de Dados; Agente de Coleta de Dados;

Serviços de Terceiros	Criação de arte/layout e impressão de Folder em papel couché 115g, 2 dobras, tamanho 30x20cm, sobre o Projeto de Trabalho Social – PTS; Criação de arte/layout e impressão de Folder em papel couché 115g, 2 dobras, tamanho 30x20cm (abastecimento de água); Xerox - Papel A4 – Serão o total de 1.057 questionários com 2 páginas cada um; Produção de áudio para Carro de Som e duração de 30 seg; Carro do som.
Avaliação	Documento de consolidação das visitas domiciliares com respectiva memória de cálculo, registro fotográfico que comporão o relatório mensal, bem como os questionários, após tabulação, que deverão ser enviados mensalmente a GESA. Supondo situações de pandemia, não serão necessárias as assinaturas dos moradores entrevistados para que sejam diminuídos os riscos de contaminação.

F) DIAGNÓSTICO RÁPIDO PARTICIPATIVO EMANCIPADOR (DRPE)

Quadro 28: Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador

Objetivos da Atividade	Identificar os aspectos socioambientais, culturais, físicoterritoriais, político-institucionais, potencialidades e problemas sociais, com vistas à elaboração do Diagnóstico Socioterritorial e PDST.
Local de Realização	Presencial: em locais que possam ser acessados facilmente pela população. Na hipótese de pandemia, com afastamento social compulsório, serão empregadas reuniões remotas, direcionadas a cada uma das comunidades.
Método e Técnica	Com a aplicação do DRPE pretende-se de forma rápida e simples conhecer a realidade social local a partir da perspectiva da própria comunidade, permitindo que esta direcione a partir dos resultados coletados quais as melhores estratégias de resolução destes problemas. O conjunto de participantes desta atividade será composto basicamente por líderes comunitários, responsáveis por instituições e órgãos públicos e da sociedade civil de ambos os municípios. O DRPE será amplamente utilizado para a construção do Diagnóstico Socioterritorial e PDST. As informações coletadas mediante os questionários/visitas institucionais deverão ser tabuladas e analisadas fazendo um cruzamento com os dados coletados durante a execução do DRPE com a comunidade. Este cruzamento de dados será realizado pelos profissionais de Estatística e DRPE com o apoio do coordenador do projeto, sobretudo quando estas informações forem utilizadas na construção do Diagnóstico Socioterritorial e PDST. A execução do DRPE deverá conter: Reuniões de preparação da equipe técnica - que objetiva promover conhecimento acerca do referencial teórico-metodológico a ser adotado na execução do DRPE, apresentar técnicas, informando as etapas do processo, possíveis entraves e a tarefa de cada profissional durante a execução; Reuniões com o grupo de comunitários: executar as técnicas de DRPE com a população, estimulando sua autonomia no levantamento de dados e na tomada de decisões. Tais reuniões ocorrerão de forma presencial ou remota e seguirão o método e técnica descritos no item “D” que trata da Apresentação do PTS as instituições Públicas/Privadas e Organizações da Sociedade Civil. É importante que o coordenador do DRPE faça as alterações adequando a execução das reuniões à metodologia. Elaboração do Relatório do DRPE: descrever todas as etapas do processo do diagnóstico, pormenorizando sua metodologia, incluindo as demandas mais significativas e as alternativas de solução apontadas pelos participantes.
Quantitativo/Período e Carga Horária	O DRPE será direcionado ao público em geral, líderes e representantes de instituições públicas. Acontecerá do 2º ao 3º mês e a carga horária necessária à sua execução ocorrerá da seguinte forma: Reuniões de preparação da equipe técnica: acontecerá no mês 2 com carga horária de 12 horas. Sendo 4 reuniões de 3 horas. Caso as reuniões sejam presenciais este horário deverá contemplar o deslocamento dos

	técnicos. Participarão desta atividade: coordenador do DRPE, assistente social e profissional em E.A. Crítica, todos perfazendo a mesma carga horária. Reuniões com o grupo de comunitários: esta atividade será executada da seguinte forma: no mês 2 no município de Areia Branca e no mês 3 no município de Itabaiana, sendo que em ambos os municípios as reuniões acontecerão 2 vezes por semana contabilizando 8 reuniões mensais para cada comunidade. Cada reunião terá a duração de 3 horas, incluindo deslocamento dos técnicos, tanto para o local das reuniões presenciais quanto de onde ocorrerá a transmissão “ao vivo” das reuniões remotas (em caso de afastamento social). Este tempo também será utilizado para a conferência dos instrumentos necessários, como internet, materiais de apresentação e funcionamento das plataformas digitais. Esta ação, portanto, contabilizará 24 horas de reuniões em cada município, contabilizando ao todo 48 horas de execução por comunidade. Participarão desta atividade: coordenador do DRPE, o assistente social e profissional em E.A. Crítica, todos perfazendo a mesma carga horária. Caso as reuniões sejam realizadas de forma presencial será ofertado lanche sob a responsabilidade da contratada. Elaboração do Relatório do DRPE: será realizada no 3º mês e a carga horária desta atividade será de 24 horas. Esta atividade ficará a cargo do coordenador do DRPE. Distribuição de kits: caso seja necessário, e a depender das estratégias metodológicas adotadas pela coordenação do DRPE, sobretudo em se tratando das reuniões remotas, poderão ser confeccionados para esta ação kits com material didático. Para a confecção e distribuição dos kits, utilizar-se-á parcela da carga horária destinada ao planejamento das ações, conforme item “M” deste documento. A distribuição propriamente dita ficará a cargo do assistente social e profissional de Educação Ambiental Crítica. O profissional de Educação Ambiental Crítica e o assistente social serão os principais colaboradores do Coordenador de DRPE em todas as etapas acima, perfazendo a carga horária supracitada.
Quantidade de participantes	40 participantes no município de Areia Branca. 40 participantes no município de Itabaiana.
Indicadores de resultados/metasp	Conhecimento sistemático da população acerca de suas problemáticas e potencialidades; Aumento da participação e mobilização social; Interesse dos participantes acerca das questões socioambientais dos municípios; Acréscimo gradual do número de participantes nos grupos de DRPE. A meta é atingir 100% do quantitativo de participantes.
Recursos Humanos	Coordenador do DRPE; Assistente Social; Profissional em Educação Ambiental Crítica; Técnico em Informática (somente para modalidade reunião remota).
Serviços de Terceiros	Criação de arte/layout e impressão de Banner horizontal, em lona, 450g, impressão em plotagem, em policromia digital com fixador de alça standarte, acabamento em bainha com barra em madeira cilíndrica, tamanho 120 x 100 cm; Criação de arte/layout e impressão de Folder em papel couché 115g, 2 dobras, tamanho 300 x 210 mm (abastecimento de água); Criação de arte/layout e impressão de Folder em papel couché 115g, 2 dobras, tamanho 300 x 210 mm, sobre o Projeto de Trabalho Social - PTS e lanche para 40 pessoas.
Avaliação	Nas reuniões presenciais deverá ser repassada lista de presença dos participantes e na hipótese de reuniões remotas a lista no formato <i>google forms</i> será obrigatoriamente disponibilizada durante sua execução. Demais evidências: registro fotográfico e resumo descritivo da atividade com respectiva memória de cálculo para composição do RATS.

H) REUNIÕES COMUNITÁRIAS

Quadro 29: Reuniões Comunitárias

Objetivos da Atividade	Apresentar o PTS promovendo interação com a comunidade, suprimindo dúvidas e informando à população sobre a importância da obra, do exercício da cidadania e da preservação do meio ambiente.
Local de Realização	Serão realizadas em locais públicos escolhidos através das parcerias com setores estratégicos das localidades. Num contexto de pandemia, com afastamento social obrigatório, as reuniões ocorrerão remotamente.
Quantitativo	4
Participantes	Moradores do município de Areia Branca e Itabaiana.
Método e Técnica	Esta atividade visa atender, além da Portaria nº 464, de 25 de julho de 2018, do Ministério das Cidades, a Política Nacional de Educação Ambiental sobretudo em seu Art. 2º que estabelece que “a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, de caráter formal e não formal.” O profissional de Educação Ambiental Crítica e o coordenador do PTS serão os responsáveis pela condução das reuniões, devendo apresentar o PTS à população informando sobre a importância da obra, do exercício da cidadania e da preservação do meio ambiente como meio de garantir a sustentabilidade dos recursos hídricos utilizando para tanto os preceitos da EA Crítica. As reuniões devem ser as mais lúdicas possíveis, utilizando linguagem acessível compatível com o nível educacional do público-alvo, os profissionais envolvidos devem estimular a participação dos comunitários, particularmente no engajamento destes nas pesquisas de campo e nas reuniões do DRPE. Nas reuniões presenciais haverá distribuição de folhetos sobre abastecimento de água. Deverá se estabelecer espaços de diálogos com os participantes para esclarecimentos das dúvidas e registro das ocorrências relativas à obra, se houver. Críticas e/ou sugestões referentes às ações do PTS deverão ser acatadas e encaminhadas à CPSO/DESO. Isso vale tanto para as reuniões presenciais quanto para as reuniões virtuais. Nas reuniões presenciais estas serão realizadas em espaços representativos para a comunidade, de acordo com as parcerias estabelecidas com escolas, associações de moradores, ONG's, secretarias municipais dentre outras. A contratada deverá utilizar o carro de som como principal instrumento de mobilização, devendo disponibilizar todos os recursos materiais necessários para a realização das atividades, a exemplo de: cadeiras, mesas, computadores, projetores multimídia, dentre outros, bem como disponibilidade de lanche para 50 pessoas (reuniões presenciais). Na hipótese da realização de reuniões virtuais será empregada reunião remota, existem atualmente algumas ferramentas digitais que podem ser utilizadas para este tipo de evento. Neste sentido, solicita-se o uso de uma internet rápida para que as reuniões aconteçam sem problemas técnicos. Para melhor desempenho desta ação <i>on-line</i>, ela terá a participação de um técnico em informática. O planejamento das reuniões comunitárias, tanto presencial quanto virtual, deverá ser apresentado previamente a equipe de monitoramento do PTS para sua aprovação.
Período e Carga Horária	Acontecerão do 3º ao 4º mês de execução do PTS. Serão realizadas 2 reuniões no município de Areia Branca e 2 no município Itabaiana, com carga horária de 3 horas por reunião, perfazendo um total de 12 horas. Sendo realizada 2 reunião por mês, entretanto a depender da demanda local a sequência de reuniões poderá ser flexibilizada, incluindo o local de sua realização (Areia Branca ou Itabaiana). Na modalidade reunião remota o período e a carga horária das reuniões continuarão sendo os mesmos conforme descrição acima.
Indicadores de Resultados/Metas	Dirimir dúvidas a respeito da obra e seus possíveis transtornos; Identificar a importância do empreendimento e a necessidade de preservação ambiental para conservação dos recursos hídricos; Ampliar o conhecimento da população sobre as formas de controle do desperdício de água no cotidiano;

	Aumento da participação e mobilização comunitária em prol de soluções de problemas socioambientais; A meta a ser alcançada são 50 pessoas por reunião.
Recursos Humanos	Coordenador do PTS; Profissional de Educação Ambiental Crítica; Técnico em Informática (somente para modalidade reunião remota);
Serviços de Terceiros	Criação de arte/layout e impressão de Folder em papel couché 115g, 2 dobras, tamanho 300 x 210 mm (abastecimento de água); Criação de arte/layout e impressão de Folder em papel couché 115g, 2 dobras, tamanho 300 x 210 mm, sobre o Projeto de Trabalho Social – PTS; Criação de arte/layout e impressão de Banner horizontal, em lona, 450g, impressão em plotagem, em policromia digital com fixador de alça standarte, acabamento em bainha com barra em madeira cilíndrica, tamanho 120 x 100 cm; Produção de áudio para Carro de Som e duração de 30 seg; Carro de som; Locação de cadeiras plásticas 50 cadeiras.
Avaliação	Nas reuniões presenciais deverá ser repassada lista de presença dos participantes e na hipótese de reuniões remotas a lista no formato <i>google forms</i> será obrigatoriamente disponibilizada durante sua execução. Demais evidências: registro fotográfico e resumo descritivo da atividade com respectiva memória de cálculo para composição do RATS.

I) OFICINAS SEQUENCIADAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA “GUARDIÕES DO MEIO AMBIENTE”

Quadro 30: Oficinas Sequenciadas de Educação Ambiental Crítica

Objetivos da Atividade	Promover reflexões sobre a realidade socioambiental em seu contexto local e global, a partir de uma perspectiva crítica de sustentabilidade com foco nas futuras gerações.
Local de Realização	Serão realizadas nas escolas públicas de ambos os municípios.
Quantitativo	Serão 2 escolas, uma em cada município, contemplando 2 turmas, em cada um deles com aproximadamente 50 alunos, para cada instituição de ensino.
Participantes	Presencial: - Serão realizadas preferencialmente nas escolas públicas: Areia Branca – aproximadamente 50 alunos do ensino fundamental II Itabaiana – aproximadamente 50 alunos do ensino fundamental II
Método e Técnica	Esta atividade, assim como as Reuniões Comunitárias, visa atender a Política Nacional de Educação Ambiental em seu Art. 2º que prever a prática da educação ambiental em todos os níveis do processo educativo, sobretudo o formal. As oficinas serão alusivas à realidade socioambiental num contexto mais restrito e abrangente abordando a melhoria da qualidade de vida das comunidades através da preservação ambiental, tendo como arcabouço teórico-metodológico a Educação Ambiental Crítica. Os temas deverão abordar: consumismo x preservação ambiental, escassez hídrica e os novos desafios para a gestão da água; saneamento básico, entre outros. Deverão ser confeccionadas cartilhas socioeducativas e jogos de tabuleiro com linguagem e ilustrações compatíveis com o público-alvo e o referencial teórico-metodológico da Educação Ambiental Crítica. As oficinas sequenciadas acontecerão em instituições de ensino tendo prioritariamente como público-alvo os alunos das escolas municipais do ensino fundamental II. Sendo assim, devem-se eleger os estabelecimentos de ensino que possam garantir que cada turma de aluno tenha 1 oficina aula por semana. Para tanto, a equipe deverá firmar parceria com as Secretarias de Educação, seja ela estadual e/ou municipal para que o trabalho com aquele público seja de no mínimo 03 meses consecutivos 2º, 3º e 4º mês de execução do projeto. Lembrando que o tempo real de duração das oficinas na sala de aula dependerá do acordo firmado entre a escola, os professores e os técnicos. As oficinas também objetivam coletar dados sobre a realidade socioambiental dos municípios junto às crianças tendo em vista a elaboração do Diagnóstico Socioterritorial e PDST.

	As oficinas, em seu planejamento, serão divididas por módulos de conhecimento cujo referencial teórico-metodológico será a Educação Ambiental Crítica. Em cada módulo deverão estar previstas as atividades a serem realizadas com técnicas e dinâmicas que facilitem a aprendizagem das crianças cuja abordagem deve ser lúdica e recreativa possibilitando a checagem do real através dos sentidos e das sensações, fazendo com que elas observem, experimentem e vivenciem (experiências extra sala de aula) a temática do Meio Ambiente. Para esta atividade serão confeccionadas cartilha de Educação Ambiental Crítica cujo conteúdo textual será elaborado pela equipe de monitoramento e a ilustração será viabilizada por cartunista contratado pela empresa executora. O planejamento das oficinas, assim como os módulos de conhecimento, deverão ter a anuência da equipe CPSO. Num contexto de pandemia com afastamento social obrigatório, as oficinas deverão ser inseridas nas aulas <i>on line</i> das escolas, cabendo aos profissionais da equipe contratada buscar parcerias com as escolas através de suas secretarias de Educação. Esta atividade será executada e relatada pelo profissional em Educação Ambiental Crítica com o apoio do auxiliar de escritório.
Período e Carga Horária	Acontecerão do 2º ao 4º mês. Serão beneficiadas 2 escolas, 1 em cada município, contemplando 1 turma por escola, sendo 1 oficina por semana num total de 4 oficinas por mês em cada turma, num geral de 12 oficinas a serem executadas em cada um dos municípios até o final do período. Considerando que cada oficina terá a duração de 2 horas, a carga horária mensal das oficinas por unidade de município será de 8 horas com acumulado de 24 horas por município, no período supracitado.
Indicadores de Resultados/Metas	Contribuição para a mudança de paradigma com relação as questões socioambientais; Despertar da consciência sobre integralidade entre o homem e a natureza e sua importância para a continuação da vida no planeta; Interesse pela preservação ambiental local e sua relevância para o abastecimento de água; A meta a ser alcançada é 80% das turmas inseridas nas oficinas.
Recursos Humanos	Profissional em Educação Ambiental Crítica.
Serviços de Terceiros	Criação de arte/layout e impressão de Cartilha Educativa sobre Educação Ambiental Crítica, contendo 12 páginas; colorida; papel reciclado; tamanho A4 dobrado; frente e verso; encarnação tipo canoa em papel couché 115G; Criação de arte e layout de jogo educativo de tabuleiro com temáticas socioambientais couché 250g, dimensões 50X46; Dados e pinos para composição dos jogos de tabuleiro.
Avaliação	Nas reuniões presenciais deverá ser repassada lista de presença dos alunos e na hipótese de reuniões remotas a lista no formato <i>google forms</i> será obrigatoriamente disponibilizada durante sua execução. Demais evidências: registro fotográfico e resumo descritivo da atividade com respectiva memória de cálculo para composição do RATS.

J) ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL

Quadro 31: Elaboração do Diagnóstico Socioterritorial

Objetivos da Atividade	Dimensionar as potencialidades, as principais problemáticas sociais e os aspectos culturais, físico-territoriais, político-institucionais e socioambientais (incluindo o perfil epidemiológico) de ambos os municípios.
Local de Realização	Escritório da empresa contratada.
Quantitativo	20 Reuniões.
	O Diagnóstico Socioterritorial expressará o resultado dos questionários respondidos mediante visita domiciliar, descrita no item "E" e da coleta de dados realizada mediante trabalhos desenvolvidos com os grupos de DRPE. Nele será possível dimensionar as potencialidades, as principais problemáticas sociais e os aspectos culturais, físico-territoriais, político-institucionais e socioambientais (incluindo o perfil epidemiológico contendo o levantamento das doenças de veiculação hídrica da região).

Método e Técnica	O Diagnóstico Socioterritorial será elaborado pelo profissional de Estatística, coordenador do DRPE e coordenador do PTS. Caberá ao profissional de Estatística orientar a execução de todo processo de coleta, tabulação e análise dos dados, colaborando com o coordenador do DRPE na análise das informações qualitativas coletadas durante a execução do Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador. O coordenador do PTS acompanhará todo processo de elaboração dando suporte aos profissionais envolvidos consolidando informações relevantes repassadas pelos demais profissionais do projeto. O modelo do documento do Diagnóstico Socioterritorial (formatação) será fornecido pela monitoria cujo conteúdo deverá ser revisto pela equipe contratada. Este conhecimento analítico dos municípios fornecerá dados significativos sobre estas comunidades, dando subsídios a uma intervenção mais concreta condizente com os anseios populares a serem possivelmente materializados através do PDST. Solicita-se que os resultados sejam apresentados em gráficos no modelo que melhor se adequar a leitura (pizzas, colunas ou linhas). Os dados coletados durante a execução do DRPE deverão estar consolidados nos citados gráficos. Intuindo devolutiva à população, será elaborado pela equipe contratada informativo, no formato de cartilha com linguagem acessível, contendo os dados mais relevantes do Diagnóstico Socioterritorial. Seu conteúdo deverá ter a anuência da monitoria.
Período e Carga Horária	Acontecerá no 5º mês de execução. Serão 60 horas destinadas à elaboração do Diagnóstico Socioterritorial e sua Cartilha.
Recursos Humanos	Coordenador de PTS; Assistente Social; Profissional de Educação Ambiental Crítica; Coordenador do DRPE; Profissional de Estatística;
Serviços de Terceiros	Criação de arte/layout e impressão de folder (resumo do Diagnóstico Socioterritorial) contendo 12 páginas; colorida; papel reciclado; tamanho A4 dobrado; frente e verso; encarnação tipo canoa em papel couché 115g;
Avaliação	Registro fotográfico dos profissionais trabalhando e lista de presença com os horários que cada profissional disponibilizou para esta atividade.

K) DISTRIBUIÇÃO DA CARTILHA DO DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL

Quadro 32: Distribuição da Cartilha

Objetivos da Atividade	Devolver a população os resultados do Diagnóstico Socioterritorial.
Local de Realização	Escritório da empresa contratada.
Quantitativo	3 dias.
Método e Técnica	As cartilhas deverão ser entregues privilegiando os moradores dos municípios que participaram da pesquisa mediante o preenchimento dos questionários aplicados durante as visitas domiciliares. Serão distribuídas 1.100 exemplares da cartilha, conforme critérios estipulados pela equipe contratada com a anuência da equipe de monitoramento.
Período e Carga Horária	22 horas destinadas a entrega da cartilha à população.
Recursos Humanos	Agente de coleta.
Avaliação	Registro fotográfico dos profissionais trabalhando e lista de presença com os horários que cada profissional disponibilizou para esta atividade.

L) ELABORAÇÃO DO PDST

Quadro 33: Elaboração do PDST

Objetivos da Atividade	Elaborar os Relatórios, a Agenda Mensal, PDST, Documentos, Atividades Administrativas e Entrega de Material Educativo.
Local de Realização	Escritório da empresa contratada.
Método e Técnica	O Plano de Desenvolvimento Socioterritorial (PDST) é um documento que será constituído a partir dos resultados obtidos via Diagnóstico Socioterritorial cuja finalidade é colaborar com a melhoria da qualidade de vida e sustentabilidade socioambiental da região de acordo com as prioridades elencadas pela comunidade detectadas através das visitas domiciliares, grupos de DRPE, nos plantões sociais, reuniões com os comunitários, oficinas, entre outros. A construção do PDST deverá estar em conformidade com as especificações contidas na Portaria nº 464, de 25 de julho de 2018 do Ministério das Cidades. O manual de elaboração do PDST será fornecido pela monitoria e deverá ser utilizado como base para sua construção. Reforça-se que o PDST será confeccionado a partir dos resultados trazidos pelo Diagnóstico Socioterritorial que servirá de base para sua elaboração e dará respaldo as ações eleitas pelos técnicos. O arquivo contendo o PDST deverá ter o formato libre office e após aprovado pela monitoria, impresso em duas vias encadernadas e entregues via protocolo à equipe GESA/DESO para posterior encaminhamento à CAIXA.
Período e Carga Horária	Para esta atividade serão disponibilizadas 100 horas para o coordenador do PTS, 82 horas para o assistente social e 20 horas para Profissional de Educação Ambiental Crítica.
Recursos Humanos	Coordenador de Projeto Social; Assistente Social; Profissional de Educação Ambiental Crítica.
Avaliação	Registro fotográfico dos profissionais trabalhando e lista de presença com os horários que cada profissional disponibilizou para esta atividade.

M) CURSO DE MONTAGEM E MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES – MUNICÍPIO DE ITABAIANA

Quadro 34: Curso de Montagem e Manutenção de Computadores

Objetivos da Atividade	Promover conhecimento sobre procedimentos e métodos necessários a montagem e manutenção de computadores.
Local de Realização	Sala equipada fornecida pela empresa de informática contratada pela empresa executora para promover o curso.
Método e Técnica	Computadores são utilizados em todo o mundo e, sem sombra de dúvidas, são as principais ferramentas de trabalho da atualidade, praticamente todo desempenho laboral/funcional da sociedade humana gira em torno deles. A ideia da realização do citado curso no município de Itabaiana surgiu após pesquisa de campo e reuniões com representantes das instituições/órgãos desta localidade que envolveu funcionários da Prefeitura, empresários entre outros. O curso torna-se, portanto, um poderoso instrumento capaz de disponibilizar mão de obra qualificada, treinando os jovens a identificar peças, montar e fazer manutenções preventivas e corretivas em computadores. Levando em consideração que o setor de comércio/serviço no município corresponde a 77,8%, conforme diagnóstico, este curso atenderá prontamente às exigências do mercado de trabalho local. Para viabilizar o curso a empresa executora contratará uma empresa de informática capacitada para fornecer com qualidade instrutor do curso; 15 micros computadores com monitor 18,5, teclado, mouse e fone de ouvidos; sala de aula com ar-condicionado e capacidade para 15 alunos, munida com projetor 5000 lumens com tela retrátil – 60 polegadas; material apostilado e encadernado com 71 páginas contendo exercícios e avaliações (todo este material deverá cumprir a carga horária do curso). Conteúdo programático do curso: introdução a informática; funcionamento do computador; filtro de linha; estabilizador e nobreaks; componentes que formam o computador;

	importância/entendimento do manual; configuração do Setup; segurança – aterramento; entendendo peça a peça para montar um computador; checagem/conferência/testes necessários seguindo as recomendações dos fabricantes; instalação e configuração de software; instalação e configuração de periféricos; conectando a internet – configuração de redes wi-fi; manutenção corretiva e manutenção preventiva. Caberá ao coordenador do PTS dedicar 4 horas mensais para acompanhar o desempenho e necessidades do curso, providenciando, com o apoio do instrutor, o resumo descritivo desta atividade para composição do RATS. No último dia do curso e a cargo da empresa contratada será servido lanche para os alunos. Considerando um possível contexto de pandemia é necessário que o espaço onde ocorrerá o referido curso esteja de acordo com as normas da Vigilância Sanitária e/ou legislação pertinente.
Quantitativo/Período e Carga Horária	Ocorrerá do 2º ao 4º mês de execução do projeto. Acontecerá 2 dias por semana, com 1,5 hora por dia, sendo que os alunos do curso poderão optar por 3 horas seguidas aos sábados. A carga horária total do curso será de 40 horas. O instrutor de Informática deverá cumprir a carga horária de 40 horas e o coordenador do PTS terá carga horária de 4 horas mensais para acompanhamento do curso, devendo elaborar Relatório de Acompanhamento para ser incluído no RATS.
Público Alvo	Jovens em situação de vulnerabilidade social cadastrados nos órgãos públicos e instituições não-governamentais do município de Itabaiana.
Quantidade	participantes
Indicadores de resultados/metass	Qualificação profissional; Incentivo aos estudos na área; Inserção dos jovens no mercado de trabalho; A meta é atingir 100% do quantitativo de participantes.
Recursos Humanos	Instrutor de Informática; Coordenador do PTS.
Serviços de Terceiros	Criação de arte/layout e impressão de Banner horizontal, em lona, 450g, impressão em plotagem, em policromia digital com fixador de alça standarte, acabamento em bainha com barra em madeira cilíndrica, tamanho 120 x 100 cm; Criação de arte/layout e impressão frente e verso de certificados em papel couché 250g, tamanho 300 x210mm e Lanche no último dia de curso.
Avaliação	Resumo descritivo com respectiva memória de cálculo, registro fotográfico e lista de presença que comporão o relatório mensal.

N) CURSO DE TRANCISTA – PENTEADOS AFRO-BRASILEIROS – MUNICÍPIO DE AREIA BRANCA

Quadro 35: Curso de Trancista e Penteados Afro-brasileiros

Objetivos da Atividade	Promover capacitação e qualificação profissional para pessoas em situação de vulnerabilidade social, incentivando a valorização da cultura afro-brasileira no município.
Local de realização	Serão realizadas em locais públicos escolhidos através das parcerias com setores estratégicos das localidades.
Método e Técnica	Etnia se define como grupo de pessoas que se identificam mutuamente, geralmente com base em uma genealogia ou ancestralidade comum presumida ou em semelhanças língua, história, sociedade, cultura ou nação em comum. O estado de Sergipe possui um grupo étnico muito diversificado e a cultura negra possui um traço bastante marcante e solidificado no seu meio social. O advento da escravidão trouxe consigo um estigma bastante pejorativo à cultura trazida pelos negros africanos, até hoje, infelizmente, a tônica da desvalorização dos costumes deste povo ainda tem ramificações profundas em nossa sociedade. O curso torna-se, portanto, uma oportunidade de fortalecimento e valorização do saber popular das raízes negras da comunidade de Areia Branca. Desta feita, o citado curso visa, além da possibilidade de incentivo a geração de emprego e renda, valorizar a cultura negra como forma de

	preservação de costumes ancestrais e pretende atender a uma solicitação realizada pelos usuários do CRAS do município. Neste sentido, as tranças e penteados negros empoderam quem os usa e o identifica como integrante de um grupo étnico. Trata-se de um curso na área de estética em que os participantes aprendem a fazer tranças de alongamentos sintéticos em tranças soltas e outros tipos de penteados afro-brasileiro em aulas teóricas e práticas. No último dia do curso e a cargo da empresa contratada será servido lanche para os alunos. Considerando um possível contexto de pandemia é necessário que o espaço onde ocorrerá o referido curso esteja de acordo com as normas da Vigilância Sanitária e/ou legislação pertinente.
Período e Carga Horária	Ocorrerá no 3º mês de execução do projeto. Acontecerá 2 dias na semana, 3 horas por dia com carga horária de 60 horas mensais, deverá ser realizado por Especialista em Estética Afro-brasileira contratada pela empresa executora. O coordenador do PTS terá carga horária de 2 horas mensais para acompanhamento do curso, devendo elaborar relatório de acompanhamento para ser incluído no RATS.
Quantidade	10 Participantes.
Indicadores de resultados/metasp	Valorização da cultura negra; Qualificação profissional; Incentivo a geração de renda no município; A meta é atingir 100% do quantitativo de participantes.
Recursos Humanos	Especialista em Estética Afro-Brasileira; Coordenador do PTS.
Serviços de Terceiros	Criação de arte/layout e impressão frente e versos de certificados em papel couché 250g, tamanho 300X210mm; Criação de arte/layout e impressão de Banner horizontal, em lona, 450g, impressão em plotagem, em policromia digital com fixador de alça standarte, acabamento em bainha com barra em madeira cilíndrica, tamanho 120 x 100 cm e lanche no último dia de curso.
Avaliação	Resumo descritivo com respectiva memória de cálculo, registro fotográfico e lista de presença que comporão o relatório mensal.

O) PLANEJAMENTO MENSAL DAS AÇÕES DO PTS

Quadro 36: Planejamento Mensal das Ações

Objetivos da Atividade	Planejar às atividades mensais de execução do PTS.
Local de Realização	Escritório da empresa contratada.
Quantitativo	5.
Método e Técnica	O planejamento será um momento que a equipe contratada disponibilizará para preparar as agendas mensais de atividades, reavaliar e reestruturar às estratégias de ações readequando-as conforme a realidade apresentada no decorrer da execução do projeto e elabora documentos administrativos. A ideia é otimizar as atividades em prol do alcance dos objetivos propostos, as decisões devem ser tomadas conjuntamente por todos os membros da equipe quando for necessário, primando pelo carácter multidisciplinar do projeto sua racionalidade e eficácia. A equipe executora deve fazer reuniões de planejamento no escritório da contratada onde será disponibilizado uma lista de presença para que os técnicos a assine indicando o horário de início e término da reunião (deverá ser anexada aos RATS). Isso se faz necessário para que a equipe de monitoramento acompanhe com precisão a carga horária que cada profissional disponibilizou para aquela atividade. Num contexto de pandemia com afastamento social obrigatório, as reuniões ocorrerão remotamente e a lista de presença poderá ser virtual.
Período e Carga Horária	Acontecerão do 1º ao 5º mês. Nesta atividade a carga horária da equipe ocorrerá da seguinte forma: Para as atividades de planejamento o (a) coordenador (a) do projeto terá 20h/mensais para elaboração de documentos, orientações, contatos, deliberações de todas as ações previstas. O assistente social terá carga horária de 10 horas/mês que será

	utilizado para planejamento das articulações com as instituições e visitas domiciliares. O profissional em Educação Ambiental Crítica terá a carga horária de 30 horas mensais para planejamento das oficinas, reuniões comunitárias, DRPE e demais atividades necessárias.
Recursos Humanos	Coordenador de projeto social; Assistente Social; Profissional em Educação Ambiental Crítica.
Avaliação	Registro fotográfico dos profissionais trabalhando e lista de presença com os horários de trabalho da equipe. Na hipótese de reuniões remotas, a lista no formato <i>google forms</i> será obrigatoriamente disponibilizada durante sua execução. Demais evidências: resumo descritivo da atividade com respectiva memória de cálculo para composição do RATS.

P) REUNIÕES DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO DO PTS

Quadro 37: Reuniões de Monitoramento da Execução do PTS

Objetivos da Atividade	Acompanhar o desenvolvimento do Projeto de Trabalho Social.
Local de Realização	A definir.
Quantitativo	5.
Método e Técnica	Nas reuniões mensais de monitoramento do projeto na sede da Companhia de Saneamento de Sergipe DESO. Durante as reuniões, será discutida a execução do projeto, apresentação dos dados da execução das atividades propostas, análise dos serviços prestados/contratados, as metas alcançadas e os pontos dificultadores das ações, visando à reorganização e ao redirecionamento, caso necessário, no intuito de atender aos objetivos do PTS. Num contexto de pandemia com afastamento social obrigatório, as reuniões poderão ocorrer remotamente.
Período e Carga Horária	Acontecerão do 1º ao 5º mês com carga horária de 2 horas mensais, num total de 10 horas para cada profissional.
Recursos Humanos	Coordenador de projeto social; Assistente Social; Profissional em Educação Ambiental Crítica.
Avaliação	Registro fotográfico dos profissionais no momento das reuniões e lista de presença. Na hipótese de reuniões remotas, a lista no formato <i>google forms</i> será obrigatoriamente disponibilizada durante sua execução. Demais evidências: resumo descritivo da atividade com respectiva memória de cálculo para composição do RATS.

Q) REUNIÕES DE MONITORAMENTO DA ELABORAÇÃO DO PDST

Quadro 38: Reuniões de Monitoramento da Execução do PDST

Objetivos da Atividade	Acompanhar a elaboração do Plano de Desenvolvimento Socioterritorial (PDST).
Local de Realização	DESO/SEDE.
Quantitativo	3 Reuniões.
Método e Técnica	Serão realizadas reuniões mensais de monitoramento da elaboração do PDST. Durante as reuniões serão discutidas as informações levantadas durante o diagnóstico das localidades do projeto, bem como as ações que serão propostas para o PDST. A equipe técnica contratada apresentará mensalmente o conteúdo da produção deste Plano.
Período e Carga Horária	Acontecerão do 4º ao 6º mês com carga horária de 2 horas mensais, num total de 06 horas para cada profissional. O coordenador do DRPE participará destas reuniões quando for necessário e as horas disponibilizadas para esta atividade poderá ser retirada das 8 horas dedicadas a elaboração do PDST.
Recursos Humanos	Coordenador de projeto social; Assistente Social; Profissional em Educação Ambiental Crítica.
Avaliação	Registro fotográfico dos profissionais no momento das reuniões e lista de presença. Na hipótese de reuniões remotas, a lista no formato <i>google forms</i> será obrigatoriamente disponibilizada durante sua execução. Demais evidências: resumo descritivo da atividade com respectiva memória de cálculo para composição do RATS.

R) ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS MENSAIS DE ATIVIDADES DO TRABALHO SOCIAL (RATS)

Quadro 39: Elaboração de Relatórios Mensais de Atividades do Trabalho Social

Objetivos da Atividade	Elaborar os Relatórios e a Agenda Mensal do PTS.
Local de Realização	Escritório da empresa contratada.
Quantitativo	6 meses.
Método e Técnica	O Relatório Mensal de Atividades do Trabalho Social (RATS) é um instrumento fundamental onde estarão consolidadas todas as ações desenvolvidas pela equipe contratada durante aquele mês e deverão conter as seguintes informações: identificação; as atividades programadas e as realizadas; identificação das técnicas e instrumentos utilizados; participação e envolvimento dos beneficiados; envolvimento dos parceiros e de outros projetos sociais e equipe de engenharia; avaliação da equipe e da população sobre as ações; instrumentos de avaliação; relatório individual das ações do período; memória de cálculo (medição dos custos); registros fotográficos, entre outros. Recomenda-se que a cada atividade semanal realizada o coordenador do projeto solicite dos profissionais envolvidos, relatório imediato da ação para facilitar a composição do RATS ao final de cada mês. A Agenda Mensal de Atividades será providenciada pelo coordenador e deverá conter datas de realização, horário, o local de realização e os profissionais envolvidos nas atividades para que a equipe de monitoramento possa acompanhar <i>in loco</i> às ações. Qualquer alteração na agenda deverá ser comunicada a equipe de monitoramento com antecedência mínima de 3 dias.
Período e Carga Horária	Acontecerão do 1º ao 6º mês. Para a elaboração desta atividade serão disponibilizadas 30 horas mensais.
Recursos Humanos	Coordenador de Projeto Social.
Avaliação	Registro fotográfico dos profissionais trabalhando e lista de presença com os horários que cada profissional disponibilizou para esta atividade.

7.2 DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES

Para a realização das atividades deverá ser observada a distância e a dificuldade de locomoção do público participante, de modo que todas as comunidades possam ser contempladas com as ações do projeto.

A contratada deverá dispor de um escritório no município de Itabaiana com instalações completas, incluindo veículo, mobiliário, materiais de escritório, equipamento para registros fotográficos, impressoras, microcomputador, data show com acesso à internet em banda larga para comunicação por e-mail e transmissão de arquivos e todos os itens necessários à operação e à manutenção das equipes que executarão os serviços, com características de agilidade e de precisão.

O plantão social ocorrerá no município de Itabaiana em um espaço adequado dentro do escritório da contratada que deverá ser de fácil acesso e estar de acordo com as normas de acessibilidade, segurança, climatização com ar-condicionado, disponibilização de mobiliário (mesa, cadeira para o profissional no atendimento, longarina com o no mínimo de 3 lugares para o público). Lembrando que em caso de pandemia o plantão deverá atender as normas de Vigilância Sanitária e demais órgãos de saúde.

O veículo transportará os profissionais e materiais necessários para a execução das atividades, sobretudo presenciais, devendo o faturamento ser proporcional às ações desenvolvidas no mês e comprovado mediante recibo ou contrato de locação. A contratada deverá fazer a aquisição do material de consumo, fardamento e disponibilizar Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), adequados, que serão utilizados na realização das atividades do projeto.

A divulgação das ações e mobilização da comunidade para participação dos eventos do PTS é de responsabilidade da contratada, que deverá providenciar os instrumentos necessários com vistas a garantir o êxito das atividades propostas. Os textos a serem utilizados para a mobilização sejam em carro de som, faixas e banners deverão ser aprovados previamente pela equipe de monitoramento da CPSO/DESO antes de sua confecção.

Na hipótese de calamidades públicas e/ou pandemias com afastamento social compulsório, a contratada deverá dispor de um local fixo para a realização das reuniões remotas com equipamentos que facilitem acesso rápido à internet permitindo um bom desempenho destas atividades. Tal espaço será necessariamente apresentada à equipe de monitoramento.

Objetivando mobilização da comunidade, a equipe contratada deverá empregar carro de som cujo objetivo é anunciar os eventos/reuniões públicas do PTS informando os comunitários acerca dos horários, locais, no caso das presenciais, ou *links* de acesso às reuniões remotas. Em ambos os casos as evidências da atividade continuarão as mesmas: registro fotográfico e listas de presença.

O carro de som deverá ser utilizado na divulgação do Plantão Social, Visitas Domiciliares e Reuniões Comunitárias, o quantitativo de horas disponibilizadas para cada ação deverá ser designada pela equipe social com a anuência da monitoria.

Para comprovação do trabalho de mobilização com o carro de som, a contratada deverá entregar uma declaração contendo os nomes das ruas, os horários e as datas de realização dos serviços com registro fotográfico. O carro de som terá o total de 60 horas, a serem divididas entre os municípios para que assim estas atividades atinjam o maior público possível. Serão gravados 4 áudios para carro de som com duração de 30 segundos cada.

As faixas informativas sobre PTS ou demais temas, deverão ser afixadas em locais estratégicos que permitam a visualização por toda comunidade, devendo ter a devida autorização legal dos responsáveis. Na porta de entrada dos Plantões Sociais, Reuniões Comunitárias, Cursos e Reuniões do DRPE deverão ser expostos banners indicativos, bem como nas reuniões e eventos.

Os locais das reuniões e cursos dependerão das parcerias com prefeituras, secretarias, sindicatos, escolas, associações de moradores e outras instituições atuantes nas áreas. Caberá à equipe técnica da contratada articular parcerias com as instituições objetivando cooperação logística para cada ação.

Supondo formato presencial no que concerne à apresentação do PTS, às instituições públicas, reuniões comunitárias, grupos de DRPE bem como no último dia dos cursos, será ofertado lanche sob a responsabilidade da contratada, devendo ser levada em consideração a qualidade do produto e seu valor nutricional e assim, difundir boas práticas alimentares a partir da adoção de lanches saudáveis. Recomenda-se: sanduíche natural, quiche de legumes, frutas, salada de frutas, bolos de banana, cenoura ovos, sucos de frutas, etc.

A partir do 2º mês de execução, caso seja necessário, poderá ser feita locação de cadeiras plásticas para a realização de atividades no formato presencial, conforme planilha de aquisição de materiais para o Projeto Social.

No que concerne à composição da equipe técnica, será exigida a documentação comprobatória da formação profissional conforme a área de atuação,

bem como comprovação da experiência em Trabalho Social, segundo preconizado na portaria nº 464, de 25 de julho de 2018 do Ministério das Cidades, sendo admitida a experiência de estágio nas áreas de saneamento e/ou habitação, no desenvolvimento de trabalho social, que tenha duração mínima de 01 ano.

A equipe técnica apresentada no certame deverá ser a mesma executora do PTS, não sendo admitida substituição da equipe com menos de 30 (trinta) dias da execução do contrato, exceto em casos excepcionais devidamente comprovado e avaliado pela equipe de monitoramento.

Na hipótese de necessária substituição de qualquer profissional, somente será admitido profissional que apresente igual ou superior qualificação comprovada e sob os mesmos critérios do profissional anterior, devendo ser apresentada uma justificativa no prazo de 5 dias da saída do profissional, imediata apresentação do substituto acompanhado de currículo e de toda documentação comprobatória.

O profissional substituto deverá ser analisado e aprovado pela equipe de monitoramento. Não será permitida a substituição do profissional designado para assumir a Coordenação do Projeto, salvo por motivo de força maior com devida justificativa por escrito e anuência da CPSO.

Com relação a aplicação do Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador – DRPE nos municípios, este será coordenado e ministrado por profissional de nível superior com formação e/ou experiência devidamente comprovada em Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador contratado pela empresa executora do PTS. Além das tarefas relacionadas ao DRPE, este profissional participará da elaboração do Diagnóstico Socioterritorial.

No que tange ao Curso de Montagem e Manutenção de Computadores – Município de Itabaiana, a empresa executora deverá contratar uma instituição ou empresa de tecnologia/informática capaz de fornecer sala, material e instrutor, conforme item *M* deste documento.

Para o Curso de Trancista/Penteados Afro deverá ser contratado um profissional com experiência comprovada em cultura afro-brasileira do trançado, penteados e turbantes étnicos capacitada para ministrar aulas. Este profissional deverá fornecer todo material necessário a execução do curso conforme item *N* deste documento.

A empresa contratada será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto deste Projeto de Trabalho Social (PTS) e ao

respectivo Termo de Referência. Salienta-se que numa situação de pandemias, a empresa fica também obrigada a seguindo protocolos de biossegurança estabelecidos pelos órgãos da Vigilância Sanitária e legislação pertinente.

A carga horária da equipe técnica poderá sofrer alterações ao longo da execução, sendo que esta variação é justificada em virtude da necessidade da atuação dos profissionais em diferentes situações.

A equipe técnica do PTS participará de reuniões e atividades com os técnicos da CPSO para os esclarecimentos a respeito das ações a serem desenvolvidas no Trabalho Social e deverá estar presente sempre que a equipe de monitoramento convocar.

Na hipótese de afastamento social, a exemplo de pandemias, a empresa responsável poderá contratar um técnico em informática para apoio tecnológico na logística das apresentações *on line* (reuniões remotas).

Com relação ao material gráfico e de multimídia, seus quantitativos bem como o detalhamento de sua distribuição serão atrelados às atividades do Projeto, devendo haver distribuição também nos locais em consonância com o cronograma da obra e constar nos relatórios mensais.

Todo o material gráfico e de multimídia devem conter informações e reflexões cujo objetivo é disseminar reflexões à respeito das questões socioambientais dos municípios, a preservação ambiental, o consumo consciente de água e sua importância para a saúde e qualidade de vida. O profissional em Educação Ambiental Crítica será responsável pela revisão e/ou readequação do conteúdo destes materiais sob a supervisão da equipe de monitoramento para isto, utilizará a carga horária referente ao Planejamento. Solicita-se a empresa contratada, que em virtude do tempo curto para a execução do PTS (6 meses), atente-se ao fato que o material educativo e de multimídia deverá ser produzido logo no primeiro mês de execução do projeto de modo a atender as atividades previstas em seu cronograma.

A primeira prova impressa do material gráfico deverá ser analisada pelos técnicos da CPSO/DESO e então, liberada para impressão do quantitativo previsto. A contratada deverá comprovar o quantitativo do material impresso mediante cupom, nota fiscal ou recibo além de registro fotográfico e exposição para conferência por um técnico CPSO/DESO.

A criação e impressão do material gráfico serão acordadas com a equipe de monitoramento CPSO/DESO. A empresa contratada deverá comprovar o quantitativo do material impresso mediante registro fotográfico e exposição para conferência por

um técnico CPSO/GESA, caso não atenda a qualidade de impressão não será pago. O referido material deverá estar apto ao uso até o final do primeiro mês de execução, conforme cronograma.

Para as Oficinas Sequenciadas de Educação Ambiental serão confeccionados cartilha e jogo educativo de tabuleiro cujo referencial teórico-metodológico terá por base a Educação Ambiental Crítica. O conteúdo textual de ambos os recursos serão elaborados pela equipe CPSO, entretanto a ilustração da cartilha será viabilizada por cartunista contratado pela empresa executora e sob a orientação da monitoria.

Os recursos dispostos no item material de escritório incluem os custos com todo material básico para funcionamento do escritório e material pedagógico a ser utilizado nas atividades e cursos do PTS, incluindo pen-drive para entrega virtual, no último mês de execução, dos RATS e demais documentos. A empresa contratada deverá disponibilizar todos os recursos materiais necessários para a realização das atividades, a exemplo de: cadeiras, mesas, computador, projetores multimídia, dentre outros.

Todas as ações executadas pela equipe técnica deverão constar no resumo descritivo dos itens adquiridos com respectiva memória de cálculo, registro fotográfico que serão apresentados no relatório mensal, além da conferência pelos técnicos da equipe de monitoramento CPSO/DESO.

Aos participantes e profissionais dos cursos, serão entregues certificados impressos frente e verso contendo em sua frente informações como logomarca das instituições participantes, local e data, nome e CPF do aluno cursista, nome do curso e assinaturas. No verso devem constar as especificações/conteúdo do curso e sua carga horária.

Ainda no que diz respeito aos cursos, considerando situações de pandemia, a exemplo do novo Coronavírus, a empresa contratada deverá cumprir com as normas da Vigilância Sanitária e legislação pertinente.

7.3 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O Monitoramento e a avaliação da execução do projeto dar-se-á através do acompanhamento da realização das ações mediante reuniões com os profissionais da CPSO/DESO, bem como visitas aleatórias às atividades, para tanto o coordenador (a) do PTS encaminhará ao referido setor a agenda mensal de atividades que a partir do 2º mês de execução estará incluída no RATS.

No decorrer da execução do PTS, a contratada deverá emitir e encaminhar à Companhia de Saneamento de Sergipe DESO em até 30 dias após a ordem de serviço, o Relatório de Acompanhamento do Trabalho Social (RATS) durante 6 meses, a agenda mensal de atividades deverá ser entregue juntamente a este documento e deve ser planejada para o período subsequente, levando em consideração o cronograma constante do projeto, bem como a disponibilidade da comunidade e das instituições parceiras. No RATS devem constar a descrição de todas as atividades realizadas em cada mês com respectivos custos e registros.

O RATS é, portanto, um instrumento fundamental onde estarão consolidadas todas as ações desenvolvidas pela equipe contratada durante cada mês e deverão conter as seguintes informações: identificação; as atividades programadas e as realizadas; identificação das técnicas e instrumentos utilizados; participação e envolvimento dos beneficiados; envolvimento dos parceiros, de outros projetos sociais e equipe de engenharia; avaliação da equipe e da população sobre as ações; instrumentos de avaliação; relatório individual das ações do período; memória de cálculo (medição dos custos); registros fotográficos; entre outros.

Considerando que a avaliação permitirá o aperfeiçoamento do trabalho, ela será contínua e realizada durante toda execução deste projeto, através dos contatos da equipe CPSO/DESO com equipe técnica, comunidade atendida, da análise dos resultados de cada atividade realizada.

Ao final de cada atividade realizada, sobretudo as de cunho coletivo que envolvam diretamente à população beneficiária, a equipe contratada deverá solicitar aos participantes que respondam o formulário de avaliação individual, cujo modelo será fornecido pela monitoria. Este instrumento é de fundamental importância para que a equipe de execução e de monitoramento repensem criticamente a metodologia adotada e melhorem a prestação do serviço. É mister reforçar que o conjunto de formulários respondidos e que corresponde a cada ação deverá ser acompanhado do demonstrativo dos resultados da avaliação da atividade que poderão ser representados em gráficos pizza, de linhas, barras, etc. Tanto o modelo de formulário utilizado quanto o citado demonstrativo deverão ser anexos ao RATS.

Ao término do último mês de execução do projeto, a contratada encaminhará um relatório final com a consolidação das atividades desenvolvidas com avaliação realizada pela comunidade, verificação do cumprimento dos objetivos do PTS, apresentação de fatores positivos e negativos no desenvolvimento do projeto; comentar sobre a adequação da metodologia aplicada, o envolvimento da

comunidade, a atuação dos parceiros, a integração com outros projetos sociais e com a equipe técnica de engenharia; contribuições para a mobilização e organização da comunidade, informar se há a previsão de continuidade do Trabalho Social.

Todos os relatórios (mensais e o final), bem como o Diagnóstico Socioterritorial e o PDST além de entregues via E-DOC (sistema documental virtual da DESO), deverão ser encaminhados a GESA/DESO em 3 vias idênticas e encadernadas e no último mês de execução a contratada encaminhará ao citado setor *pen drive* contendo todo material supracitado.

Antes de providenciar a impressão, toda documentação incluindo RATS, o relatório final, o Diagnóstico, PDST, entre outros, deverão ser encaminhados no formato *libre office* para o e-mail cpso@deso-se.com.br até a data limite do final de cada mês de execução, conforme assinatura da ordem de serviço. A equipe de monitoramento ao receber tais documentos os analisará solicitando a equipe contratada, via comentários ao lado dos textos, reparo de possíveis equívocos. A documentação somente poderá ser impressa após autorização da equipe CPSO/GESA, a contratada então providenciará a impressão e posterior reencaminhamento formal à GESA/DESO conforme descrito em parágrafo anterior.

Para cada ação realizada deverá ser elaborado um resumo descritivo da atividade com respectiva memória de cálculo, acompanhado dos questionários (respondidos em visitas domiciliares), das fichas de avaliação respondidas pelos participantes nas atividades (na hipótese de reuniões remotas esta ferramenta deverá ser disponibilizada via *on-line*), registro fotográfico e lista de presença. Todos os custos deste PTS estão dispostos na planilha orçamentária, em anexo, conforme modelo da Caixa Econômica Federal.

A grafia dos textos, bem como a metodologia de tabulação de dados, teor das análises de dados e a redação do PDST, deverá obedecer aos critérios da norma culta, redação oficial e da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), primando pela qualidade das informações apresentadas, tanto nos textos dos relatórios e memoriais como nos registros fotográficos, visando à clareza, objetividade, consistência das informações e dos resultados apresentados, texto isento de erros ortográficos e de digitação, de modo a refletir o padrão de qualidade desejável conforme a execução do Trabalho Social.

Quando não for realizada quaisquer das ações, o fato deverá ser acompanhado de justificativas e indicação de solução, substituição, reprogramação e/ou reparação da ação.

Após a análise da equipe CPSO/DESO, os relatórios e demais documentos relativos à execução (Diagnóstico Socioterritorial, PDST, entre outros), incluindo seus respectivos anexos, listas de presença digitalizadas, as gravações em formato mp4 dos áudios utilizados para mobilização como carro de som e todo material gráfico produzido para as ações, deverão ser organizados em formato PDF salvos em um *pen drive* e entregues a equipe de monitoramento no último mês de execução do PTS.

A medição para pagamento deve estar em conformidade com as ações realizadas, devidamente registradas e comprovadas nos relatórios mensais aprovados pela CPSO/GESA.

8 CRONOGRAMA DAS AÇÕES

Quadro 40: Cronograma das Ações

EIXO	ATIVIDADES	MÊS/QUANTITATIVO					
		1°	2°	3°	4°	5°	6°
I MOBILIZAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E FORTELECIMENTO SOCIAL	Visitas Institucionais	14	5	3	2		
	Visitas Domiciliares (30 minutos)		704	353			
	Apresentação do PTS às Instituições Públicas/Privadas e Org. Soc. Civil	1					
	Reuniões de Preparação da Equipe Técnica (DRPE)		6				
	Reuniões com os grupos de comunitários (DRPE)		8	8			
	Elaboração do Relatório do DRPE			24h			
	Elaboração do Diagnóstico Socioterritorial					20	
	Distribuição da Cartilha do Diagnóstico Socioterritorial						3 dias
II ACOMPANHAMENTO E GESTÃO SOCIAL DA INTERVENÇÃO	Plantão Social (2 dias na semana)	8	8	8	8	8	8
	Apresentação do PTS a Equipe Técnica Contratada	1					
	Planejamento Mensal das Ações do PTS	1	1	1	1	1	
	Reuniões de Monitoramento da Execução do PTS	1	1	1	1	1	
	Elaboração de Relatórios Mensais do Trabalho Social (incluindo o RATS Final)	1	1	1	1	1	1
III EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL	Reuniões Comunitárias			2	2		
	Oficinas Sequenciadas de Educação Ambiental Crítica “Guardiões do Meio Ambiente”		24	24	24		
IV DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO	Curso de Montagem e Manutenção de Computadores – Município de Itabaiana		8 dias	8 dias	8 dias		
	Curso de Trancista - Penteados Afro-brasileiros – município de Areia Branca			8 dias			
	Reuniões de Monitoramento da Elaboração do PDST				1	1	1
	Elaboração do PDST						1

Fonte: Elaboração própria, 2021.

9 COMPOSIÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA

Quadro 41: Composição da Equipe Técnica

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	ATRIBUIÇÕES	QUANT.
Graduação em nível superior, preferencialmente em Serviço Social ou Sociologia Social com experiência comprovada em Trabalho Social, sendo admitida a experiência de estágio nas áreas de saneamento e/ou habitação, no desenvolvimento de Trabalho Social, que tenha duração mínima de 01 (um) ano.	Coordenador: Coordenar e distribuir as tarefas correlatas às ações do PTS; contactar e articular parcerias; organizar e realizar visitas institucionais, coordenar as visitas domiciliares; realizar reuniões comunitárias e contatos com as comunidades; emitir relatórios das atividades mensais e RATS final; elaborar e apresentar o Diagnóstico Socioterritorial/PDST; participar de reuniões mensais com a equipe técnica do proponente, colaborar com o bom andamento do plantão social.	1
Graduação em nível superior, preferencialmente em Serviço Social com experiência comprovada em Trabalho Social, sendo admitida a experiência de estágio nas áreas de saneamento e/ou habitação, no desenvolvimento de Trabalho Social, que tenha duração mínima de 01 (um) ano.	Desenvolver ações tais como: atuar no Plantão Social e visitas domiciliares; distribuição de materiais informativos e educativos; participar da elaboração e das análises das visitas domiciliares com vistas ao diagnóstico socioterritorial; participar de reuniões de monitoramento, contribuir para elaboração dos relatórios mensais, participar de reuniões mensais com a equipe técnica do proponente, na elaboração do PDST e nos aspectos de sua competência.	1
Nível superior, preferencialmente em Serviço Social, com experiência comprovada na construção de material teórico-metodológico e/ou execução de cursos, oficinas e projetos em Educação Ambiental Crítica.	Desenvolver suas atividades na elaboração e execução das oficinas sequenciadas; participar da execução das reuniões comunitárias, visitas institucionais e apresentação do PTS às comunidades; elaborar/acompanhar a confecção do conteúdo do material gráfico do PTS, especialmente os voltados à Educação Ambiental Crítica; participar de reuniões mensais com a equipe técnica do proponente e colaborar com a elaboração do PDST.	1
Nível superior, com experiência comprovada na construção de material teórico-metodológico e/ou na execução de cursos, oficinas e projetos utilizando a metodologia e técnicas do Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador (DRPE).	Coordenar a execução o DRPE realizando reuniões de preparação da equipe técnica e com os grupos de comunitários; elaborar o relatório do DRPE e participar da elaboração do Diagnóstico Socioterritorial e PDST.	1
Nível superior em preferencialmente em Estatística com experiência comprovada em elaboração e aplicação de pesquisa quantitativa, utilizando instrumentos de coleta e análise de processamento de dados, indicadores socioeconômicos, pesquisa social e processos de amostragem.	Planejar e acompanhar a aplicação dos questionários realizada durante as visitas domiciliares; definir os parâmetros estatísticos a serem adotados, organizar e analisar os dados coletados e, a partir destes, elaborar o Diagnóstico Socioterritorial dos municípios junto a equipe social.	1
Profissional de nível médio – Agente de Coleta de Dados	Agente de Coleta de Dados: responsáveis pela coleta de dados através da aplicação de questionários mediante visitas domiciliares.	2

Fonte: Elaboração própria, 2021.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, N. M. S.; SANTOS, J. S.; SILVA, M. G. **Educação Ambiental e Serviço Social: O PEAC e o licenciamento na gestão pública do meio ambiente.** São Cristóvão: Editora UFS, 2012.

AREIA BRANCA, Prefeitura Municipal de Areia Branca. **Histórico do município.** 2020 Disponível em: <https://areiabranca.se.gov.br/historia>. Acesso em: 12 nov. 2020.

BOMFIM, Luiz Fernando Costa; COSTA, Ivanaldo Vieira Gomes da; BENVENUTI, Sara Maria Pinotti. **Projeto Cadastro da Infraestrutura Hídrica do Nordeste: Estado de Sergipe. Diagnóstico do Município de Areia Branca.** Aracaju: CPRM, 2002.

BRASIL. Ministério das Cidades **Portaria nº 464, de 25 de Julho de 2018.** Dispõe sobre o Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades. Brasília: Gabinete do ministro. 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/34198305/do1-2018-07-26-portaria-n-464-de-25-de-julho-de-2018-34198278. Acesso em AGO de 2020.

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 22 de Fev. de 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999.** Institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília: Presidência da República [1999]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 05 de Nov. de 2020.

CERQUEIRA, L. **Guia do diagnóstico participativo.** Disponível em: <http://flacso.org.br/files/2015/08/Guia-do-Diagnostico-Participativo.pdf>. Acesso em: 30 de nov. de 2018.

DIAS, B. C.; BOMFIM, A. M. **A “Teoria do fazer” em educação ambiental crítica: uma reflexão construída em contraposição à educação ambiental conservadora.** Disponível em: <https://docplayer.com.br/8205232-A-teoria-do-fazer-em-educacao-ambiental-critica-uma-reflexao-construida-em-contraposicao-a-educacao-ambiental-conservadora.html>. Acesso em: 30 de nov. de 2018.

DESO, Companhia de Saneamento de Sergipe. **Plano de Trabalho da Ampliação do Sistema Integrado do Agreste.** Aracaju. 2015.

FREITAS, A.F.; FREITAS, A.F.; DIAS, M. M. **O uso do diagnóstico rápido participativo (DRP) como metodologia de projetos de extensão universitária.** Disponível em: < <https://www.seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/20780> > Acesso em: 30 de nov. de 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** Rio de Janeiro: Paz Terra, 1996.

GADOTTI, M. **Educação popular, educação social, educação comunitária (Conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum)**. Disponível em: <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDL/article/view/3909/2386>> Acesso em: 30 de nov. de 2018.

IBGE, **Cadastro Central de Empresas**. (2018), Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/cempre/quadros/brasil/2018>. Acesso em 15 de Dez de 2020.

IBGE, **Censo demográfico**. 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25089-censo-1991-6.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 10 Nov. de 2020.

IBGE, Censo escolar. **Sinopse de Areia Branca**. INEP: Brasília/DF. 2018.

IBGE, Censo escolar. **Sinopse de Itabaiana**. INEP: Brasília/DF. 2018.

IBGE, História e Fotos. **História Areia Branca-SE**. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/areia-branca/historico>. Acesso em: 22 de Dez. 2021.

IBGE, História e Fotos. **História de Itabaiana-SE**. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/itabaiana/historico>. Acesso em 22 de Dez. 2021.

IBGE, **Pesquisa Agrícola Municipal**. Areia Branca/SE. 2019.

IBGE, **Pesquisa Agrícola Municipal**. Itabaiana/SE. 2019.

IBGE, **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. (2017) Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=downloads>, Acesso em: 20 de DEZ de 2020.

IBGE, Panorama municipal: **Areia Branca/SE**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/areia-branca/panorama>. Acesso em: 12 Nov. de 2020.

IBGE, Panorama municipal: **Itabaiana/SE**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/itabaiana/panorama>. Acesso em: 12 Nov. de 2020.

ITABAIANA, Prefeitura Municipal de Itabaiana. **História do município**. 2020. Disponível em: <https://itabaiana.se.gov.br/historia>, acesso em: novembro de 2020.

LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P. **Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: Perspectivas de aliança contra hegemônica**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php/pid=S198177462013000100004&script=sci_abstract&tlngp> Acesso em: 30 de nov. de 2018.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA, Cadúnico. **Meu Cadúnico**. (2018). Disponível em https://meucadunico.cidadania.gov.br/meu_cadunico/. Acesso em: 15 de Nov. 2020.

TAVARES SANTOS, J.; AMORIM, G.; NOLASCO DE CASTRO, A. **Educação Popular: Diálogo com as teorias de Freinet e Freire**. Quaestio - Revista de Estudos em Educação, v. 14, n. 2, p. p. 291-302, 19 dez. 2012.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. Edição 18º. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTIAGO, M.M.S. Areia Branca: espacialidades e interações na rede urbana de Sergipe. **Dissertação** (Mestrado em geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão – 2011, 165f.

SANTOS, R. A.; MARTINS, A. A. M.; NEVES, J. P.; LEAL, R. A. (1998). Programa Levantamentos Geológicos Básicos do Brasil (PLGB). **Geologia e Recursos Minerais do Estado de Sergipe**. Escala 1:250.000. Texto explicativo do mapa geológico do estado de Sergipe. Brasília: CPRM/DIEDIG/ DEPAT; CODISE. 156p.

SEMARH, Sergipe. **Atlas Digital Sobre Recursos Hídricos de Sergipe**. 2016. Disponível em: <https://infosaofrancisco.canoadetolda.org.br/datasets/atlas-digital-sobre-recursos-hidricos-de-sergipe/>, Acesso em: 23 DEZ. 2020.

SILVA, I. F.; PAULA, M. M.; FERNANDES, M. S.; CARNEVALE, A. B. **Diagnóstico Rápido Participativo**. Disponível em: <?id=717&tipo=doc&baixar> Acesso em: 30 de nov. de 2018.

APÊNDICES

APÊNDICE A: REGISTRO DAS ATIVIDADES DE CAMPO - PTS/PAC

Período:

Localidade:

Nº	Nome/Endereço/Contato	Observação do Morador	Observação do Visitador
1			
2			
3			
4			
5			

APÊNDICE B - RELATÓRIO TÉCNICO E CIENTÍFICO

Dados do Relatório Técnico		
Título e subtítulo: Projeto de Trabalho Social da Obra de Ampliação do Sistema de Abastecimento Integrado do Agreste.		Nº: 1
Tipo de relatório: Técnico e Científico		Data: Abril 2022
Título do projeto/programa/plano Projeto de Trabalho Social da Obra de Ampliação do Sistema de Abastecimento Integrado do Agreste.		Nº: 1
Autores: Maria Aparecida Calazans Mota - Assistente Social Lorraine Kétilly Santos Soares - Estagiária Hebert Ruan da Conceição Silva - Estagiário		
Instituição executora e endereço completo: Companhia de Saneamento de Sergipe - DESO Rua Campo do Brito, nº 331, Bairro 13 de Julho, CEP: 49140-000, Aracaju-SE.		
Resumo: O Projeto de Trabalho Social (PTS) é correlato a Obra de Ampliação do Sistema de Abastecimento Integrado do Agreste.		
Palavras-chave: Projeto de Trabalho Social. Aracaju.		
Edição: 1	Nº de páginas: 73	Nº do volume/parte: 1
Distribuidor: Companhia de Saneamento de Sergipe DESO		
Observações/notas		

PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS

Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi proposto para assinatura digital. Para verificar as assinaturas acesse o endereço <http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código de verificação: TVPK-CC9Q-WMUH-AWMJ



O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 03/11/2022 é(são) :

- Mario Leo De Oliveira Rodrigues - 26/10/2022 10:10:54